



**WAGNER MIRANDA DE FIGUEIREDO**

**A PRESENÇA DA IMAGEM, DA VOZ E DA ESTÉTICA  
NO JORNALISMO INVESTIGATIVO: UMA ANÁLISE DA REPORTAGEM NO  
PROGRAMA FANTÁSTICO**

Porto Alegre  
2016

WAGNER MIRANDA DE FIGUEIREDO

**A PRESENÇA DA IMAGEM, DA VOZ E DA ESTÉTICA  
NO JORNALISMO INVESTIGATIVO: UMA ANÁLISE DA REPORTAGEM NO  
PROGRAMA FANTÁSTICO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Centro Universitário  
Ritter dos Reis como requisito parcial  
para obtenção do título de Bacharel  
em Comunicação Social - Habilitação  
Jornalismo

**Orientador:** Prof. Esp. Matheus  
Felipe

Porto Alegre  
2016

*“Sem investigação não há jornalismo”*

**Ricardo Noblat**

## RESUMO

Esta monografia objetiva estudar a presença da imagem, das vozes da reportagem e da estética da imagem no Jornalismo Investigativo, analisando uma reportagem veiculada no programa Fantástico da Rede Globo, em 2015, que denunciou supostas práticas irregulares em quatro Assembleias Legislativas do Brasil: Alagoas, Amapá, Goiás e Rio Grande do Sul. Para alcançarmos o resultado final analisamos a reportagem em três fases: a imagem, que trata dos planos do telejornalismo; as vozes, que é referente a locutor, fontes e repórter; e a estética da imagem, que fala sobre os tipos de câmeras utilizados na produção de reportagens investigativas. Nesta monografia, serão abordados conceitos e marcos do Jornalismo Investigativo. Além disso, será analisada a chegada do telejornalismo ao Brasil. A parte metodológica desta pesquisa foi guiada pela Análise de Conteúdo, técnica que possibilitou os pesquisadores a chegar em resultados tanto quantitativos quanto qualitativos. Entre os resultados obtidos nesta monografia, em especial, estão o tempo destinado à câmera escondida, bem como o tempo separado para as fontes denunciantes e para as acusadas.

**Palavras-chave:** Jornalismo Investigativo. Telejornalismo. Fantástico.

## SUMÁRIO

|            |   |    |
|------------|---|----|
| <b>1</b>   | <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 06 |
| <b>2</b>   | <b>JORNALISMO INVESTIGATIVO</b> .....   | 09 |
| 2.1        | Definição e função.....   | 09 |
| 2.2        | Jornalismo Investigativo no Brasil.....   | 17 |
| 2.3        | Reportagens Investigativas – Giovani Grizotti.....  | 20 |
| 2.3.1      | Máfia das Próteses.....   | 22 |
| 2.3.2      | Síndicos.....   | 23 |
| <b>3</b>   | <b>TELEJORNALISMO NO BRASIL</b> .....   | 24 |
| 3.1        | A Rede Globo.....   | 26 |
| 3.2        | Fantástico.....   | 28 |
| <b>4</b>   | <b>FORMATOS DA REPORTAGEM</b> .....   | 29 |
| 4.1        | A imagem.....   | 29 |
| 4.2        | As vozes da reportagem.....   | 34 |
| 4.2.1      | Denunciante x Acusado.....  | 38 |
| 4.3        | Estética da imagem.....   | 39 |
| <b>5</b>   | <b>METODOLOGIA</b> .....  | 42 |
| 5.1        | Reportagem.....   | 49 |
| <b>6</b>   | <b>ANÁLISE</b> .....  | 60 |
| 6.1        | A imagem.....   | 60 |
| 6.2        | As vozes da reportagem.....   | 63 |
| 6.3        | Estética da imagem.....   | 66 |
| <b>6.4</b> | <b>EX-DEPUTADO DO RIO GRANDE DO SUL FOI ACUSADO DE COBRAR<br/>DEVOLUÇÃO DE SALÁRIOS</b> ..... | 67 |
| 6.4.1      | A imagem.....   | 67 |
| 6.4.2      | As vozes da reportagem.....   | 68 |
| 6.4.3      | Estética da imagem.....   | 69 |
| <b>6.5</b> | <b>NÚMERO TOTAL DE ASSESSORES POR PARLAMENTAR É<br/>CONTESTADO NO AMAPÁ</b> .....             | 70 |
| 6.5.1      | A imagem.....   | 70 |
| 6.5.2      | As vozes da reportagem.....   | 71 |
| 6.5.3      | Estética da imagem.....   | 72 |

|            |   |           |
|------------|---|-----------|
| <b>6.6</b> | <b>REPORTAGEM INVESTIGA SUPOSTOS FUNCIONÁRIOS-FANTASMAS NA ASSEMBLEIA DE ALAGOAS.....</b>                       | <b>73</b> |
| 6.6.1      | A imagem.....   | 73        |
| 6.6.2      | As vozes da reportagem.....   | 74        |
| 6.6.3      | Estética da imagem.....   | 75        |
| <b>6.7</b> | <b>REPORTAGEM INVESTIGA SUPOSTOS FUNCIONÁRIOS-FANTASMAS NA ASSEMBLEIA DE GOIÁS.....</b>                         | <b>76</b> |
| 6.7.1      | A imagem.....   | 76        |
| 6.7.2      | As vozes da reportagem.....   | 77        |
| 6.7.3      | Estética da imagem.....   | 78        |
| <b>6.8</b> | <b>INVESTIGAÇÃO SOBRE FRAUDE EM VERBA INDENIZATÓRIA NA ASSEMBLEIA DO AMAPÁ.....</b>                             | <b>79</b> |
| 6.8.1      | A imagem.....   | 79        |
| 6.8.2      | As vozes da reportagem.....   | 80        |
| 6.8.3      | Estética da imagem.....   | 81        |
| <b>6.9</b> | <b>INVESTIGAÇÃO SOBRE FRAUDE EM ODÔMETROS DOS CARROS DOS PARLAMENTARES DA ASSEMBLEIA DO RIO GRANDE DO SUL..</b> | <b>82</b> |
| 6.9.1      | A imagem.....   | 82        |
| 6.9.2      | As vozes da reportagem.....   | 83        |
| 6.9.3      | Estética da imagem.....   | 84        |
| <b>7</b>   | <b>DENUNCIANTE X ACUSADO.....</b>   | <b>85</b> |
| <b>8</b>   | <b>DISCUSSÃO DA ANÁLISE.....</b>  | <b>87</b> |
| <b>9</b>   | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>89</b> |
|            | <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>91</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Nesta monografia, analisaremos a presença da imagem, da voz e da estética no Jornalismo Investigativo. Para isso, iremos estudar os conceitos, as técnicas e as práticas que fazem parte do cotidiano de jornalistas, que investigam práticas irregulares, tanto no poder público quanto no privado. Isso para entendermos como uma reportagem investigativa de repercussão nacional é construída. Diante desse desafio, a monografia será norteadas por três palavras-chave: Jornalismo Investigativo; Telejornalismo; Fantástico.

No âmbito mundial, o *boom* da investigação jornalística foi no famoso Caso Watergate, na década de 1970, quando uma investigação de dois repórteres do jornal The Washington Post ajudou a destituir o então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon. Este acontecimento foi o estopim para o surgimento de investigações jornalísticas baseadas em conceitos e técnicas do Jornalismo Investigativo. No Brasil, por exemplo, o Caso Collor é tido, por Leandro Fortes (2014), como o marco do Jornalismo Investigativo. A sequência de publicações na mídia brasileira contra o ex-presidente Fernando Collor de Mello trouxe aos brasileiros uma imagem completamente negativa de Collor, que havia sido eleito para ‘caçar marajás’. A mudança de percepção dos brasileiros sobre o então presidente expôs a força e o poder da imprensa, cuja imagem tornou-se o cão de guarda da sociedade, como o argentino Silvio Waissbord, pesquisador e professor de Jornalismo, denomina o jornalista que investiga (WAISSBORD apud NASCIMENTO, 2010).

O telejornalismo tem notório destaque quando revela irregularidades. Por exemplo, a reportagem, objeto de estudo desta monografia, culminou na cassação de um deputado estadual da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Neste sentido, cabe compreendermos os elementos da reportagem, que culminaram no afastamento do político. Por isso, esta pesquisa se propõe a explorar os formatos da reportagem, que são: a imagem – enquadramentos utilizados na reportagem –; as vozes da reportagem – tipos de fontes, locutor e repórter –; e a estética da imagem – estudo sobre as câmeras utilizadas. Além

dos formatos da reportagem, a monografia apresentará o tempo da reportagem destinado às fontes denunciantes e às fontes acusadas.

A pergunta norteadora deste trabalho é: quais os elementos ou a formatação para a reportagem investigativa no programa Fantástico? Para obter a resposta, esta pesquisa é guiada por um objetivo geral e dois específicos. O objetivo geral é analisar o tempo destinado a cada um dos enquadramentos usados, aos diferentes tipos de fontes e aos tipos de câmeras na reportagem investigativa do programa Fantástico. E os dois objetivos específicos são: mapear o tempo na reportagem destinada ao denunciante e o tempo destinado ao acusado; apontar os métodos do Jornalismo Investigativo que foram utilizados na reportagem.

A monografia pretende fomentar as discussões sobre Jornalismo Investigativo. Ele visa mostrar a necessidade de cada vez mais termos jornalistas investigando supostos crimes e cumprindo com o papel social que a profissão carrega: de ser o agente fiscalizador da sociedade. Esta pesquisa poderá beneficiar acadêmicos de jornalismo, jornalistas profissionais e demais interessados.

Um dos fatores que levou os pesquisadores a construir este trabalho foi o interesse pessoal e o profissional pelo tema. Ambos os autores são interessados em discussões que surgem a cada reportagem investigativa veiculada, por entenderem que os diálogos sobre produções jornalísticas compõem a profissão, embora os debates possam levantar mais dúvidas do que certezas.

Este trabalho está dividido em sete capítulos. Na sequência desta introdução, no capítulo 2 é discutido o Jornalismo Investigativo, em três partes: definição e função, casos emblemáticos e a história do Jornalismo Investigativo no Brasil. No capítulo 3 é debatida a história do telejornalismo no Brasil, com ênfase na Rede Globo e no programa Fantástico. O capítulo 4 é considerado pelos autores desta pesquisa como sendo o principal desta monografia, por ser capaz de embasar teoricamente os resultados que serão vistos nas considerações finais. Ainda no capítulo 4, são apresentados os tipos de



enquadramentos existentes no telejornalismo, a tipificação de fontes e as câmeras possíveis de serem utilizadas na construção de reportagens televisivas. O capítulo 5 é destinado às discussões metodológicas que nortearam a construção desta monografia. Neste capítulo, apresentamos a reportagem do programa Fantástico, veiculada no dia 7 de junho de 2015, que apresenta diversas suspeitas de fraudes de desvio de dinheiro público em quatro Assembleias Legislativas do Brasil: Alagoas, Amapá, Goiás e Rio Grande do Sul. Além disso, ainda no capítulo 5, discorreremos sobre Análise de Conteúdo, que é a metodologia deste trabalho. Já no capítulo 6 é explorada a análise, com os dados tabulados. No capítulo 7, analisamos o tempo de exposição das fontes classificadas como denunciantes e fontes acusadas na reportagem. O capítulo 8 é a discussão da análise. Por fim, apresentamos a conclusão desta monografia no capítulo 9.

## **2 JORNALISMO INVESTIGATIVO**

Todo jornalismo deveria ser investigativo. Mas, como existe uma diferenciação na parte teórica sobre os diferentes tipos de jornalismo, iremos, neste capítulo, apresentar as definições daquilo que entendemos ser o Jornalismo Investigativo. As definições que compõem este capítulo são fundamentadas em trabalhos de pesquisadores nacionais e internacionais. Com isso, além de descobrirmos o que é e para que serve, poderemos sobrevoar sobre alguns dos principais marcos do Jornalismo Investigativo. No âmbito mundial, o famoso Caso Watergate é considerado por muitos autores como o principal marco da investigação no jornalismo; no Brasil é o Caso Collor, que, segundo Leandro Fortes (2014), em seu livro “Jornalismo Investigativo”, marca as primeiras investigações feitas por jornalistas em território brasileiro. Adiante, falaremos sobre duas reportagens de autoria do jornalista Giovani Grizotti, autor da reportagem objeto de estudo desta monografia.

### **2.1 DEFINIÇÃO E FUNÇÃO**

Jornalismo sem história não é jornalismo. Por isso, não há outra possibilidade de compreendermos o real significado de Jornalismo Investigativo se não trouxermos, neste primeiro momento, depoimentos de profissionais que respiram a investigação no dia a dia das redações.

Antes, porém, pontuaremos as principais referências das quais os pensamentos que compõem este capítulo foram retirados: Leandro Fortes; Solano Nascimento; Dirceu Fernandes Lopes e José Luiz Proença; e Cleofe Monteiro de Sequeira. Essa busca por opiniões de profissionais se sustenta na medida em que acreditamos que jornalismo, no cumprimento de sua função intrínseca para a sociedade, se dá por construção coletiva.

As perguntas que devem nos rodear são: afinal de contas, o que é e para que serve o Jornalismo Investigativo? Com a palavra, jornalistas, que diariamente colocam a mão na massa.

Atualmente, um dos mais respeitados jornalistas no Brasil é Caco Barcellos. Antes de servir de inspiração para os autores desta monografia, profissionais formados e pessoas que admiram o velho e bom jornalismo, Caco iniciou a sua carreira como repórter do jornal Folha da Manhã, do grupo gaúcho Caldas Júnior. Ganhou destaque ao produzir o livro Rota 66, obra que identificou 4.200 vítimas mortas pela Polícia Militar de São Paulo. Estando há 10 anos à frente do programa Profissão Repórter da Rede Globo, ele chama de Jornalismo Ativo o que denominamos nesta pesquisa de Jornalismo Investigativo. “O segredo do Jornalismo Investigativo está na ação do repórter. Por isso é Jornalismo Ativo” (BARCELLOS apud LOPES e PROENÇA, 2003, p. 162).

Criadora do SBT Repórter, programa jornalístico que apresentava denúncias sobre assuntos de grande repercussão e que ficou no ar de 22 de agosto de 1995 a 12 de agosto de 2013, a jornalista Mônica Teixeira critica os nomes e sobrenomes colocados sobre o jornalismo. “Na minha opinião Jornalismo Investigativo é a grande reportagem” (apud LOPES e PROENÇA, 2003, p. 170).

Editor-chefe e apresentador do Conexão Repórter, programa no SBT que já recebeu por três vezes o Troféu Imprensa de melhor programa jornalístico, o jornalista Roberto Cabrini (apud LOPES e PROENÇA, 2003, p. 154) utiliza três características que, segundo ele, todo repórter precisaria ter para ser considerado um jornalista investigativo:

- 1) Fugir das primeiras aparências da notícia;
- 2) dedicar-se;
- 3) ter seriedade para tratar o assunto.

Ainda para Cabrini, o jornalista que pretende construir uma reportagem investigativa precisa de inquietação sobre os fatos:

Nós somos o país da impunidade, então, pautas não faltam. Os casos que provocam em você, como jornalista e como cidadão, uma indignação, uma insatisfação, são excelentes começos para uma boa matéria investigativa (CABRINI apud LOPES e PROENÇA, 2003, p. 154).

Atual apresentador do Jornal da Globo e vencedor por duas vezes do Prêmio Esso de Jornalismo – pela cobertura da Guerra do Golfo (1991) e ao revelar informações sobre a Intentona Comunista de 1935 até então mantidas sob sigilo nos arquivos da antiga KGB (Comitê de Segurança do Estado) em Moscou (1993) –, William Waack define Jornalismo Investigativo como a capacidade do jornalista em “revelar fatos cujos participantes não gostariam que viessem à tona” (WAACK apud LOPES e PROENÇA, 2003, p. 142).

Uma matéria investigativa pode nascer de detalhes, de fatos do cotidiano, de uma nota de jornal, uma conversa pública, uma notícia ou uma denúncia, sempre que há sinais de que algo precisa ser melhor explicado. Por isso, o Jornalismo Investigativo depende, em primeiro lugar, da capacidade de análise do repórter. Depende de sua habilidade em detectar quais são as inconsistências de uma história qualquer e, a partir daí, procurar as pistas e particularmente as fontes (WAACK apud LOPES e PROENÇA, 2003, p. 142).

Jornalista investigativo e autor do livro “Narcoditadura: o Caso Tim Lopes”, Percival de Souza diferencia a reportagem investigativa dos outros tipos de reportagens pelo fato de realmente acreditar na existência de um “um tipo de jornalismo em que o repórter precisa batalhar pelas informações, desenvolver técnicas próprias de apuração, ter uma metodologia para construir a reportagem” (SOUZA apud SEQUEIRA, 2005, p. 63).

O jornalista Antonio Carlos Fon discorda da opinião de Percival de Souza por não considerar o Jornalismo Investigativo um tipo de jornalismo. “Jornalismo Investigativo é um conjunto de técnicas que você pode usar em qualquer tipo de jornalismo: econômico, político, esportivo, de divulgação científica” (FON apud SEQUEIRA, 2005, p. 64).

Para o argentino Silvio Waissbord, pesquisador e professor de Jornalismo na América do Sul, o Jornalismo Investigativo serve para descobrir irregularidades de governos, pessoas ligadas aos poderes públicos e outras autoridades. Por este pensamento, Waissbord usa a expressão *watchdog journalism* – jornalismo cão de guarda – para classificar o jornalismo investigativo (WAISSBORD apud NASCIMENTO, 2010).

Integrante de um grupo de pesquisadores, que nos últimos tempos têm estudado a influência do jornalismo na tomada de decisões por autoridades, o norte-americano David Protesse “considera uma característica essencial do Jornalismo Investigativo mostrar uma denúncia que provoque surpresa e revolta no público” (PROTESS apud NASCIMENTO, 2010, p. 15).

Na mesma linha de raciocínio de Protesse, o pesquisador Ted White (2009) defende que os repórteres investigativos devem utilizar fatos que não são de conhecimento do público:

“Não se constitui em reportagem investigativa perguntar ao comandante do corpo de bombeiros se o incêndio foi proposital. Da mesma forma, não é reportagem investigativa perguntar a um detetive se o duplo homicídio investigado por ele tem relação com tráfico de drogas. E, bem ou mal, não são justamente essas duas perguntas as mais comuns feitas por repórteres durante o dia ou durante a semana, pelo menos nas maiores comunidades? Não estamos dizendo que essa é a forma como deveria ser – este é outro debate –, mas é a realidade. É, no entanto, muito necessário que repórteres investigativos lidem com aqueles 10% de histórias sobre as quais a maioria de nós não tem a menor ideia” (WHITE, 2009, pg. 367).

O pesquisador e jornalista Solano dos Santos Nascimento fala em seu livro “Novos Escribas”, ganhador do Prêmio Esso de Melhor Contribuição à Imprensa em 2010, do jornalismo feito sobre investigações já produzidas por esferas públicas e privadas. Para o autor, não se enquadra Jornalismo Investigativo cultivar uma relação próxima do Ministério Público a fim de se obter uma informação em primeira mão. O jornalista, completa Nascimento, deve apurar incansavelmente todos os lados da história, não ficando apenas com a versão obtida junto a fonte oficial (NASCIMENTO, 2010).

Da apuração até a veiculação da reportagem, há passos que o jornalista deve cumprir, não importando a ordem. Esse passo a passo foi retirado do livro “Jornalismo Investigativo”, de Leandro Fortes, admirador de reportagens investigativas. Ele apresenta 16 fases do Jornalismo Investigativo que são caminhos para a produção de reportagem investigativa de qualidade (FORTES, 2014, p. 35-43):

1) **Pesquisa minuciosa** de cada nuance dos fatos feita com os olhos críticos que deve ter todo bom repórter.

2) **Pesquisa e concentração**, porque uma boa investigação é demorada e, normalmente, recheada de documentos, dados, estatísticas, legislações e códigos de onde se tira o extrato necessário para a notícia.

3) **Insistência e perseverança**, seja a partir de informações fragmentadas, seja a partir da própria intuição.

4) **Atenção especial** a todos os tipos de documentações disponíveis, inclusive as públicas.

5) **Entrevistas, muitas entrevistas**, com objetivo de obter o maior número possível de informações, contrapontos, críticas, pistas e, sobretudo, contradições dentro da apuração.

6) **Conhecimento policial básico**. Veja bem: não significa manter em casa um laboratório de análise papiloscópica, nem um kit com lupa, algemas e pistola.

7) **Curiosidade e desconfiança**. Essas duas características da alma humana devem sempre andar juntas durante uma cobertura jornalística que envolve investigação.

8) **Discrição**. O movimento silencioso de um bom repórter pode ser, muitas vezes, a chave de uma reportagem de sucesso.

9) **Checar, checar, checar**. E checar outra vez, toda vez que a informação lhe parecer estranha, imprecisa, inconsistente ou óbvia demais.

10) **Liberte-se de preconceitos**. Nunca parta de princípios pessoais, religiosos, ideológicos ou coisa que o valha para definir o rumo de sua apuração.

11) **Arquivos bem organizados** com informações pertinentes ao tema da reportagem também fazem diferença crucial na hora da formulação do texto.

12) **Frieza, objetividade e precisão.** Aquele político ladrão, aquele pastor safado, aquele padre pedófilo, aquele juiz corrupto, toda essa gente horrível, você sabe, é fonte inesgotável de notícia, principalmente quando se fala de Jornalismo Investigativo.

13) **Lealdade ao leitor** é a razão de toda a atividade jornalística.

14) **Coragem e responsabilidade**, duas coisas que podem viver separadas, mas que juntas se tornam uma blindagem característica de todo grande repórter.

15) **Respeito às fontes** é uma das chaves da profissão e uma das razões da longevidade dos bons repórteres, principalmente os que cobrem as áreas policiais e militares.

16) **Clareza e simplicidade** devem pautar a construção do texto e sua edição final, para que o resultado de uma apuração tão trabalhosa como a de uma investigação jornalística não termine em um emaranhado de nomes, números, vocábulos e expressões ininteligíveis.

No fim das definições sobre Jornalismo Investigativo, podemos separar três pensamentos que são consenso entre os pesquisadores: apuração precisa; revelar fatos que terceiros não querem ver publicados; e insistência. Essas características puderam ser vistas no Caso Watergate, considerado o marco do Jornalismo Investigativo no mundo. Nesse sentido, a força do Jornalismo Investigativo pode ser tamanha que o Watergate derrubou o então presidente dos Estados Unidos no início da década de 70, Richard Nixon. Para compreendermos o desenrolar do caso, devemos nos ater ao ocorrido: Em 18 de junho de 1972, data que marca o início do Caso Watergate, o Jornalismo Investigativo passou a ser visto com credibilidade perante o público (FORTES,

2014). Cinco homens foram presos na noite de 16 de julho de 1972 quando tentavam instalar aparelhos eletrônicos de espionagem no comitê do Partido Democrata, no Edifício Watergate, em Washington. No dia seguinte, o jornal diário The Washington Post publicou uma pequena nota sobre a invasão. No entanto, os repórteres Carl Bernstein e Bob Woodward do próprio jornal ficaram intrigados com o acontecido e fizeram o que Leandro Fortes indica nas suas 16 fases do Jornalismo Investigativo: investigar os fatos minuciosamente (FORTES, 2014). Os dois jornalistas investigativos, portanto, descobriram que um dos invasores tinha o nome na folha de pagamento do comitê de reeleição de Nixon. O Caso Watergate provocou a renúncia de Nixon em 9 de agosto de 1974, como explicam os pesquisadores Lopes e Proença:

A insistente investigação jornalística de Bernstein e Woodward sobre Watergate começou a ganhar força e credibilidade. Com a imagem abalada diante da opinião pública – o índice de rejeição mais baixo de toda a história política dos Estados Unidos –, em agosto de 1974 o presidente Richard Nixon pediu demissão do cargo, sob ameaça de acusação pública (LOPES e PROENÇA, 2003, p. 23).

Ainda de acordo com Lopes e Proença (2003, p. 10), o Caso Watergate apresentou dois princípios sobre a atividade da imprensa: 1) Não se limitar a ser meramente intermediária entre os canais oficiais e a opinião pública, reproduzindo releases ou comunicados; e 2) A imprensa tinha de começar a questionar as versões oficiais dos acontecimentos, sendo preciso instalar a dúvida na informação oficial e, sobretudo, indagar em todas as ocasiões os fatos que ficavam ocultos. Lopes e Proença (2003) afirmam ainda que o Caso Watergate deixou de legado aos jornalistas o ensinamento de que a informação deveria começar a ser considerada algo susceptível de ser trabalhado mais a fundo, de ser documentado, ampliado, verificado, contextualizado, indagado e investigado (LOPES e PROENÇA, 2003, p. 10).

Como o Caso Watergate se tornou uma referência do Jornalismo Investigativo para repórteres de todas as partes do mundo, Ted White (2009) publicou no livro “Jornalismo eletrônico: redação, reportagem e produção” bastidores do caso, segundo os próprios repórteres do jornal The Washington



Post. White revela como os repórteres do Washington Post descobriram a invasão na sede do Partido Democrata:

Ao relembrares como descobriram um dos escândalos mais sensacionais da história política americana, Woodward e Bernstein ressaltaram que o que fizeram no caso Watergate foi a reportagem policial mais básica que se aprende no início da carreira ou no curso de jornalismo. Eles dizem que cobriram o caso Watergate da mesma maneira que cobriram qualquer fato para o qual fossem escalados: “Nós batemos em um monte de portas” (WHITE, 2009, p. 367-368).

Woodward e Bernstein revelaram também a White que “começaram por baixo, conversando com secretárias, funcionários administrativos e motoristas e foram subindo gradualmente” até descobrirem tudo o que estava por acontecer (WOODWARD e BERNSTEIN apud WHITE, 2009, p. 368). Os repórteres observam ainda que parte do mito pós-Watergate é a ideia de que a reportagem investigativa é uma “pseudociência altamente refinada, diferente e à parte do restante do jornalismo” (WOODWARD e BERNSTEIN apud WHITE, 2009, p. 368). Na opinião de Bernstein, a reportagem investigativa pode ser também denominada reportagem exaustiva, pois para ele o trabalho de investigação do jornalista representa:

Uma alocação compromissada de recursos que nos permitiria juntar cada fato, conduzir centenas de entrevistas, se necessário, e realmente conhecer o assunto antes de partirmos para a publicação ou transmissão (BERNSTEIN apud WHITE, 2009, p. 368).

Não à toa muitas opiniões acerca da definição do Jornalismo Investigativo acabam divergindo, uma vez que todo jornalismo precisa, sim, ser investigativo, mas, por outro lado, nem todo jornalismo dispõe de tempo e demais recursos para a elaboração de matérias investigativas (FORTES, 2014). Sendo assim, na continuidade desta pesquisa será apresentada a história do Jornalismo Investigativo no Brasil e suas particularidades.

## 2.2 JORNALISMO INVESTIGATIVO NO BRASIL

O Caso Fernando Collor de Mello é considerado o marco zero do Jornalismo Investigativo no Brasil, segundo Leandro Fortes (2014, p. 14).

A partir dele (Caso Collor), jornalistas e donos de empresas de comunicação viram-se diante de uma nova e poderosa circunstância, com consequências ainda a serem dimensionadas (FORTES, 2014, p. 10).

Ainda de acordo com Fortes, os inúmeros acontecimentos durante o governo Collor demonstraram aos novos jornalistas da época a real importância de se produzir reportagens investigativas:

Essa geração, de onde saíram tantos embustes como profissionais brilhantes, deu cara e tamanho ao conceito de jornalismo investigativo no país, ao ponto de proclamá-lo, sem fazê-lo formalmente, como um tipo de especialização dentro da profissão (FORTES apud NASCIMENTO, 2010, p, 45).

No Caso Collor duas revistas brasileira – Veja e IstoÉ – tiveram publicações memoráveis, como entrevistas exclusivas com pessoas próximas a Collor. Relembremos os fatos: Primeiro presidente eleito no Brasil após a redemocratização, em 1989, Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), antes de chegar à Presidência da República, derrotou Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), e Mário Covas, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

O governo Collor iniciou os trabalhos no Palácio do Planalto em março de 1990. Suas primeiras medidas foram voltadas para a economia brasileira. Ele sonhava combater os altos índices de inflação que afetavam a vida dos brasileiros. Para isso, ele e a sua equipe econômica, resolveram confiscar os depósitos bancários e as cadernetas de poupança dos brasileiros como tentativa de controlar a inflação.

A medida não deu certo, e a inflação continuou com altos índices durante todo o governo Collor. Essa tentativa frustrada aniquilou a imagem positiva que o então Presidente da República havia conquistado junto à população para

vencer as eleições. Collor foi eleito com 35 milhões de votos e com o slogan: “caçador de marajás”.

Após os primeiros meses no poder, Collor passou a ser alvo de inúmeras denúncias. A primeira delas a circular na imprensa foi em 1991 com envolvimento da sua então esposa, Rosane Brandão Malta, conhecida na época por Rosane Collor de Mello. No ano seguinte – 1992 – a revista Veja publicou duas reportagens que abalaram ainda mais a imagem de Collor. A primeira, publicada em 13 de maio de 1992, intitulada “Tentáculos de PC”, trouxe à tona denúncias sobre negócios de Paulo Cesar Farias, ex-tesoureiro da campanha eleitoral de Collor de Mello. A reportagem apresentou um dossiê de 17 páginas de cópias de documentos de bancos, consultorias financeiras, procurações comprovantes de transferências de milhões de dólares no eixo Estados Unidos-Caribe-França-Inglaterra-Suíça. O material foi arrecadado e concedido à Veja por Pedro Collor, irmão do ex-presidente (VEJA, 1992, p. 16-20).

Outra edição que abalou o mandato do ex-presidente Collor de Mello foi publicada no dia 27 de maio de 1992, quando a Veja estampou na capa da edição uma foto do irmão de Collor e a seguinte manchete: “Pedro Collor conta tudo”.

No estilo conhecido como pingue-pongue, a entrevista dada ao jornalista Luís Costa Pinto entrou de forma rápida para a galeria das mais importantes da história da imprensa brasileira. Na entrevista, Pedro Collor detalhava a relação entre o presidente e Farias, falava do aumento do patrimônio de Collor de Mello na Presidência da República e discorria inclusive sobre o uso de drogas pelo irmão na juventude. Logo após a entrevista, Veja dedicou outras duas páginas para explicar, em tópicos, as denúncias de Pedro Collor. Eram informações específicas sobre tráfico de influência, extorsão e arrecadação ilegal de recursos para campanha (NASCIMENTO, 2010, p. 23).

Segundo Solano Nascimento, a entrevista de Pedro Collor a Revista Veja foi o “ingrediente que faltava para que o Congresso criasse uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os negócios de Paulo César Farias” (NASCIMENTO, 2010, p. 23-24). Após a criação da CPI, a revista Veja seguiu acompanhando o desenrolar das histórias sobre Fernando Collor de Mello.

Na CPI, PC Farias se complicava ao admitir tráfico de influência. Mesmo assim, os integrantes da comissão não chegavam a provas cabais que pudessem confirmar as acusações contra Collor e PC Farias. Pela amarração dos trabalhos da Comissão, a revista Veja publicou na edição do dia 1º de julho que Collor, embora enfraquecido, iria permanecer na Presidência da República (NASCIMENTO, 2010, p. 24). Por essa garantia da revista, o então motorista de Ana Acioli, secretária do presidente Collor de Mello, Eriberto França foi procurado pela revista IstoÉ. A testemunha afirmou na entrevista exclusiva que as despesas de Collor de Mello, as contas bancárias da primeira-dama, Rosane Collor, e de uma série de outros familiares eram mantidas de maneira irregular com recursos de PC Farias (NASCIMENTO, 2010).

O desfecho destas reportagens investigativas é bem conhecido. Em dezembro de 1994, o Senado Federal aprovou o impeachment do ex-presidente. Naquele mesmo dia, instantes antes de iniciar a sessão que julgou o ex-presidente, o advogado de Collor leu em plenário a carta da renúncia ao mandato.

### 2.3 REPORTAGENS INVESTIGATIVAS – GIOVANI GRIZOTTI

Autor de reportagens investigativas, o repórter da Globo e da RBS TV, Giovani Antônio Grizotti não mostra o rosto na televisão. Em entrevista ao jornal Diário Gaúcho, em setembro de 2014, o jornalista contou que não recebe nenhuma correspondência na sua casa. Ele explica que tudo é endereçado ao seu endereço profissional, em Porto Alegre. Isso, segundo Grizotti, por uma questão de segurança, já que ele atua na busca permanente por desvendar esquemas de corrupção e outras atrocidades cometidas por diferentes agentes da sociedade brasileira. Grizotti é criticado por preservar a sua imagem. Ainda na conversa com o DG, ele revelou que em alguns casos é preciso mudar o tom de sua voz, que pode ser facilmente reconhecida. Uma história curiosa sobre isso, segundo ele, aconteceu na rodoviária do município Portão, região Metropolitana de Porto Alegre. Quando trabalhava em busca de informações sobre possíveis práticas irregulares, ele acabou sendo reconhecido por uma mulher, que o descobriu pela voz.

Em entrevista à Revista Press, Grizotti revela que o seu interesse pelo jornalismo surgiu com um convite de um grupo de alunas de Relações Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) para que ele fosse assistir uma sessão na Câmara de Vereadores de Capão Novo, cidade onde morava com a sua família:

E nessa sessão, um deles, Delci Germano, do PDT, hoje falecido, chamou um outro vereador, Luís Gabriel, representante de Capão Novo, de cachorro raivoso. Eu achei aquilo absurdo, até porque o Delci Germano estava bêbado na tribuna. Resolvi escrever uma carta para o espaço do leitor do Jornal de Capão manifestando a minha indignação com aquilo. [...] Entreguei a carta para o diretor pedi que ele analisasse a possibilidade de eu escrever uma coluna semanal, relatando os fatos de Capão Novo. A carta foi publicada e ele topou a idéia da coluna. Eu comecei com uma coluna pequena, um quarto de página (RIBEIRO, SCHUSTER, 2009, p. 6-13).

Grizotti falou à Revista sobre o seu crescimento profissional após ter começado a assinar as colunas:

Na semana seguinte fiquei em êxtase ao perceber que o vereador tinha lido a carta e me detonou na tribuna. Eu vi que repercutiu, atingi o meu alvo. E dessa coluna de um quarto de página passou para meia página, depois para uma página inteira, sempre sem remuneração. Isso aumentou meu vínculo com esse vereador que eu tinha defendido na carta, porque era de Capão Novo, a gente ficou amigo e por influência dele eu fundei a Juventude PTB... (gesticula) não sei como é que vocês vão reproduzir isso (RIBEIRO, SCHUSTER, 2009, p. 6-13).

Atualmente, Giovani Grizotti é autor do blog Repórter Farroupilha. Amante da cultura gaúcha, ele alimenta o blog com bastidores e informações sobre eventos tradicionalistas. Em suas redes sociais, o repórter demonstra a sua admiração pelo Rio Grande do Sul, com vídeos e fotos.

Formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, Grizotti trabalha na RBS TV desde 2001. Ele publica reportagens no jornal Zero Hora e tem participações especiais na Rádio Gaúcha, veículos pertencentes ao Grupo RBS.

Grizotti é famoso por correr, literalmente, atrás de pessoas que supostamente cometeram algum ato grave. O seu trabalho lhe trouxe mais de 40 prêmios. Destacam-se as duas edições do Prêmio ESSO – uma das premiações mais importantes que reconhece o trabalho dos profissionais da imprensa.

Giovani Grizotti é o autor da reportagem objeto de estudo desta monografia. Além desta reportagem, que desvendou supostos esquemas de corrupção em quatro Assembleias Legislativas do Brasil, falaremos sobre outras duas veiculações conduzidas por ele. As duas reportagens foram selecionadas por serem as últimas de grande repercussão do repórter investigativo Giovani Grizotti.

### 2.3.1 MÁFIA DAS PRÓTESES

No dia 4 de janeiro de 2015, o programa Fantástico veiculou uma reportagem que expôs um esquema de desvio de dinheiro do Sistema Único de Saúde. A fraude encarecia os planos de saúde. No esquema, alguns médicos chegaram a faturar R\$ 100 mil por mês.

Três meses foi o tempo necessário para a reportagem descobrir o esquema que transformava a saúde do país em um balcão de negócios. O repórter Giovani Grizotti viajou por cinco estados e se infiltrou no meio dos falsários para flagrar as negociações indevidas.

A partir de denúncias que surgiram em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, a equipe da RBS TV trabalhou durante meses investigando e documentando a conduta imoral, ilegal e perigosa dos ortopedistas e dos fabricantes de próteses. Os envolvidos nas transações eram cuidadosos e desconfiados. Para estabelecer a confiança e levantar todas as informações necessárias, Grizotti precisou criar um personagem e montar um consultório falso dentro de um hospital. Como consequência, o repórter foi obrigado a circular com escolta por um período (MÁFIA DAS PRÓTESES, 2015).

Uma das principais consequências da reportagem foi a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Próteses na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. A CPI, concluída em 3 de fevereiro de 2016, indiciou sete pessoas, entre médicos, empresários e uma advogada. Eles foram indiciados por estelionato, falsidade ideológica, adulteração de produtos, lesão corporal grave e associação criminosa. Segundo reportagem do portal G1, os indiciados, que ainda não foram condenados, poderão pegar até 15 anos de prisão.

### **2.3.2 SÍNDICOS**

Em 12 de junho de 2016, o programa Fantástico colocou no ar outra reportagem produzida pelo repórter Giovani Grizotti. Desta vez, os síndicos estiveram na mira do programa. A reportagem mostrou um esquema de corrupção de pessoas responsáveis pela administração de imóveis residenciais. Para flagrar o esquema, Grizotti se passou por um síndico. Ele descobriu que, em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, um ex-síndico responde processo por apropriação indébita por ter feito compras pessoais, inclusive em um sex shop, com dinheiro do condomínio.



### 3 TELEJORNALISMO NO BRASIL

No Brasil, a televisão foi ao ar pela primeira vez em 18 de setembro de 1950, com características idênticas ao rádio, que até então era o único meio de comunicação da época. Demorou um dia para que o jornalismo ingressasse na televisão. Em 19 de setembro, foi ao ar o primeiro telejornalismo da história brasileira: *Imagens do Dia* (KNEIPP, 1999). Veiculado na TV Tupi-Difusora, primeira emissora de televisão do Brasil, da América Latina e a quarta do mundo (MEMÓRIA GLOBO, 2004), o noticiário era apresentado em estilo radiofônico, pois as reportagens eram “produzidas em filme, o que levava muito tempo para revelar, montar e depois exibir através do telecine” (KNEIPP, 1999, p. 6).

Com locução em off, um texto em estilo radiofônico, pois o rádio era o modelo que se tinha na época. Entrava no ar entre as nove e meia e dez da noite, sem qualquer preocupação com a pontualidade. O formato era simples: Rui Resende era o locutor, produtor e redator das notícias, e algumas notas tinham imagens feitas em filme preto e branco, sem som (PATERNOSTRO, 1999, p. 35).

O rádio cumpriu um importante papel de influência sobre a televisão. Afinal, na época em que a televisão chegou no Brasil era o rádio que conseguia atingir quase todos os estados brasileiros (KNEIPP, 1999).

A TV Tupi-Difusora surgiu numa época em que o rádio era o veículo de comunicação mais popular do País, atingindo a comunidade brasileira em quase todos os estados. Ao contrário da televisão norte-americana, que se desenvolveu apoiando-se na forte indústria cinematográfica, a brasileira teve de se submeter à influência do rádio, utilizando inicialmente sua estrutura, o mesmo formato de programação, bem como seus técnicos e artistas (KNEIPP, 1999, p. 6).

Quatro anos mais tarde, o noticiário “*Imagens do Dia*” foi substituído por outro programa de mesmo gênero, porém regrado, principalmente sobre horário:

Em 1954, foi substituído pelo *Telenotícias Panair*, um telejornal pontual, com horário certo para começar, às 21 horas, dando início ao que se conhece hoje como instantaneidade. O *Telenotícias Panair* era apresentado por Toledo Pereira e ficou no ar pouco mais de um ano (KNEIPP, 1999, p. 7).

Após o *Telenotícias Panair*, veio o *Repórter Esso*, telejornal de sucesso no Brasil. O noticiário, que estreou em 17 de junho de 1953, tinha o famoso

slogan: “Aqui fala o repórter Esso, testemunha ocular da história” (PATERNOSTRO,1999, p. 35).

Ficou no ar por quase 20 anos, de 1953 até 1970, e era dirigido e apresentado por Kalil Filho. Depois, com a expansão da televisão, em 1954, os cariocas ganharam a sua versão com Gontijo Teodoro. O Repórter Esso tinha horário fixo, às oito da noite, e utilizava o plano americano (KNEIPP, 1999, p. 7).

A trilha sonora do Repórter Esso se transformou ao longo do tempo em sinônimo de últimas notícias (MEMÓRIA GLOBO, 2004). Após o sucesso do Repórter Esso na televisão brasileira surgiu o primeiro jornal vespertino. Chamado “Edição Extra”, o noticiário lançou o primeiro repórter de TV do Brasil, José Carlos de Moraes (PATERNOSTRO, 1999, p. 35). Em 1962, a TV Excelsior cria o “Jornal de Vanguarda”, com o propósito de criticar a situação da época (KNEIPP, 1999, p. 7). O programa foi desenvolvido pelo jornalista Fernando Barbosa Lima e apresentou ao público vários locutores e comentaristas. Entre eles, Célio Moreira, irmão de Cid Moreira (KNEIPP, 1999, p. 7). “Jornal de Vanguarda” saiu do ar em 1968, pela censura, com a edição do Ato Institucional nº 5, implantado durante a Ditadura Militar no Brasil (KNEIPP, 1999, p. 7). Entre 1963 e 1964, a TV Excelsior de São Paulo exibiu o “Show de Notícias”, que era dirigido pelo jornalista Fernando Pacheco Jordão (KNEIPP, 1999, p. 7). Em 1965, Roberto Marinho funda a Rede Globo.

### 3.1 A REDE GLOBO

“Anos 60: a tecnologia dos satélites aproxima os povos do planeta e, dentro de cada país, intensifica o intercâmbio de informações entre regiões distantes” (ZAHAR, 2004, p. 17). Essa aproximação entre as populações motivou, segundo Zahar, o pesquisador Marshall McLuhan a criar o conceito de aldeia global, quando o desenvolvimento das tecnologias passou a ser visto como uma nova visão de mundo, equiparando-se ao conceito de globalização, que, em suma, significa sociedade em rede.

Aquilo a que chamamos globalização é outra maneira de nos referirmos à sociedade em rede, ainda que de forma mais descritiva e menos analítica do que o conceito de sociedade em rede implica (CASTELLS; CARDOSO, 2005, p.17).

Pela sua larga extensão territorial, o Brasil, ainda de acordo com Zahar, era ideal para o início da era das comunicações. O País vivenciou, em 1965, um ano após a tomada do poder pelos militares em 1964, dois acontecimentos marcantes para o desenvolvimento das telecomunicações: o surgimento da TV Globo em abril e a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) em setembro (ZAHAR, 2004, p.17). Por ter sido criada durante a Ditadura Militar no Brasil, o noticiário da Rede Globo recebe até hoje críticas:

Na continuidade do noticiário, revelava-se também, sem subterfúgios, a verdadeira face de quem exercia o poder no país. O primeiro videotape na estreia do Jornal Nacional exibiu o então ministro da Fazenda, Delfim Neto, transmitindo uma mensagem de otimismo, após sair de uma reunião com a Junta Militar. Logo no seu nascimento, ficava claro que a originalidade do Jornal Nacional residiria apenas na qualidade técnica, uma vez que o conteúdo estava sacrificado pela interferência da censura (REZENDE, 2000, p. 110).

O primeiro telejornal da Rede Globo foi o Tele Globo, noticiário de meia hora de duração, dirigido por Rubens Amaral e apresentado por Hilton Gomes e Aluizio Pimentel (ZAHAR, 2004, p. 17). Quatro anos mais tarde, em 1969, a Rede Globo funda o seu primeiro telejornal em rede: Jornal Nacional.

O Jornal Nacional inovou no formato e na linguagem. Na estreia, uma novidade no script: enquanto os telejornais, até então, deixavam a notícia mais impactante para o fim, o JN criou a “escalada”, pequenas chamadas dos assuntos mais relevantes na abertura. Após a escalada, o primeiro bloco começava com o principal assunto factual do dia. Os editores do JN idealizaram também o “boa noite”, despedida diária dos apresentadores. O telejornal passou a ter participações “ao vivo” dos repórteres no local dos acontecimentos, contribuindo para dar precisão e credibilidade à notícia (MEMÓRIA GLOBO, 2004).

Quatro anos mais tarde, em 1973, a Rede Globo lançou a revista eletrônica Fantástico, com a proposta de informar e entreter o público receptor.

### 3.2 FANTÁSTICO

Com 43 anos, o Fantástico é hoje um dos principais programas jornalísticos da Rede Globo. Segundo os pesquisadores Rocha e Aucar (2003), o Fantástico foi inventado para dar um tom de espetáculo às notícias. Por isso, logo no seu surgimento, o programa serviu de referência ao jornalismo brasileiro por ter potencial para aliar informação e entretenimento. Com isso, o Fantástico, segundo José Bonifácio de Oliveira Sobrinho (2011), motivou no Brasil as principais discussões sobre a conceituação de revista eletrônica televisiva, já que o programa apresentava uma série de diferentes temas em suas edições.

Outra questão abordada por Rocha e Aucar (2003) é referente ao nome do programa. Segundo os autores, “o programa tinha o nome tão audaz quanto suas ambições” (ROCHA e AUCAR, 2003, p. 6), uma vez que a revista eletrônica da Rede Globo reunia “shows de humor, teleteatros, musicais, jornalismo, documentários e reportagens internacionais, com um cardápio variado de temas” (ROCHA e AUCAR, 2003, p. 6). Por fim, os dois autores pontuam uma importante questão sobre as pautas do Fantástico: “Só era pauta, o que representasse um verdadeiro show, algo que trouxesse a noção de espetáculo embutida” (ROCHA e AUCAR, 2003, p. 6).

## 4 FORMATOS DA REPORTAGEM

Em formatos da reportagem, analisamos os tipos de planos existentes no telejornalismo; o papel do locutor, do repórter e das diferentes fontes durante a produção da reportagem; e os tipos de câmeras utilizados na captação de imagens. Com isso, teremos dados suficientes para analisar minuciosamente a reportagem do programa Fantástico objeto de estudo desta monografia.

### 4.1 A IMAGEM

O resultado final de uma reportagem para televisão é alcançado após diversos passos de produção. Todos importantes para a conquista do telespectador. Quem vê de fora, acha que tudo pode acontecer naturalmente, mas não é bem assim. O processo de edição é complexo. Paternostro (1987) classifica a edição como sendo uma arte:

Editar significa montar a matéria: selecionar imagem e som e, através de um sistema eletrônico (no caso da edição em VT), dar às imagens e sons selecionados uma seqüência lógica, clara, objetiva, concisa e de fácil compreensão para o telespectador. Mas não é uma simples colagem de sons e imagens. Por ser uma arte requer paciência, dedicação, concentração, habilidade, criatividade e sensibilidade. E, sem dúvida, quando falamos de edição em telejornalismo, é preciso acrescentar ainda: fidelidade às informações (PATERNOSTRO, 1987, p. 128).

No telejornalismo é preciso buscar a melhor maneira de apresentar ao público receptor uma determinada imagem, pois um bom resultado final carece de uma apresentação agradável. É por isso que os enquadramentos têm extrema importância no processo de construção da reportagem. Para Gutmann, “os planos e movimentos de câmera, articulados ao texto verbal, funcionam como profícuas estratégias discursivas para os atos conversacionais” (GUTMANN, 2012, p. 68). Ainda segundo ela, ato conversacional é a interação entre apresentador e público, podendo ser dividido em quatro categorias:

1. Distanciamento;
2. Aproximação entre os sujeitos do discurso (enunciador e enunciatários);
3. Ênfase argumentativa;

#### 4. Inclusão do interlocutor (enunciatório) na cena comunicativa.

Dentro desta aproximação entre apresentador e público sugerida por Gutmann a construção de sentido depende de um fator importante para a estruturação da reportagem: o plano. Segundo Squirra (apud ARAÚJO, 2013, p. 237), os planos estão divididos em dois grupos: movimentos mecânicos e óticos das câmeras. Quando falamos em movimento mecânico, nos referimos a panorâmica e ao *travelling* (ARAÚJO, 2013, p. 237). A panorâmica obtém imagens da esquerda para direita e vice-versa, sem deixar o seu eixo. O *travelling* é “o movimento que compreende o deslocamento tanto da câmera como de seu operador, de um ponto a outro, cujo objetivo é aproximar o objeto que está sendo gravado” (ARAÚJO, 2013, p. 237). Já quando nos referimos a movimentos óticos estamos falando do *zoom*:

É importante observarmos que o *zoom* não mostra diferentes pontos de vista de uma cena, como é o caso do *travelling*, mas uma cena com maior ou menor grau de detalhe. O movimento do *zoom* de aproximação é o *zoom-in*; o de afastamento, é o *zoom-out* (ARAÚJO, 2013, p. 237).

Em 2007, os pesquisadores João Simão e Nuno Fernandes, ambos da Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, publicaram um manual de jornalismo televisivo. O material apresenta a definição de cada um dos nove tipos de planos existentes (SIMÃO e FERNANDES, 2007, p. 14-16). Vejamos:

##### **1) Plano muito geral**

É o plano que não tem qualquer limite, é bastante geral. Contém, essencialmente, o ambiente. O elemento humano quase que não é visível na imagem.

##### **2) Plano geral**

Este plano também se centra no ambiente. Apesar disso já se vê o elemento humano na imagem. Este plano já contém alguma ação apesar de o ambiente ainda prevalecer.

### **3) Plano geral médio**

A figura humana já se nota e é um ponto central da imagem, dando para perceber as ações que executa. Existe um claro equilíbrio entre a ação e o ambiente envolvente. Neste plano, a figura humana surge sempre completa, isto é, surge desde os pés à cabeça.

### **4) Plano americano**

Neste plano, apesar do ambiente estar presente, o conteúdo principal é a ação das personagens. O limite inferior da imagem corta o ser humano pelo meio da coxa.

### **5) Plano médio**

O ambiente não surge neste plano. Este plano caracteriza-se fundamentalmente pela ação da parte superior do corpo humano. O plano é cortado pela cintura. Este plano é considerado um plano intermédio entre a ação e a expressão.

### **6) Plano próximo**

Este plano é cortado pouco abaixo das axilas. Permite por exemplo imagens de alguém a fumar, cortando totalmente o ambiente em redor. Este tipo de planos privilegia o que é transmitido pela expressão facial.

### **7) Grande plano**

Este plano é a expressão na sua máxima importância. É um plano que é cortado pela parte superior dos ombros. Este plano retira a ação e o ambiente da imagem.

### **8) Muito grande plano**

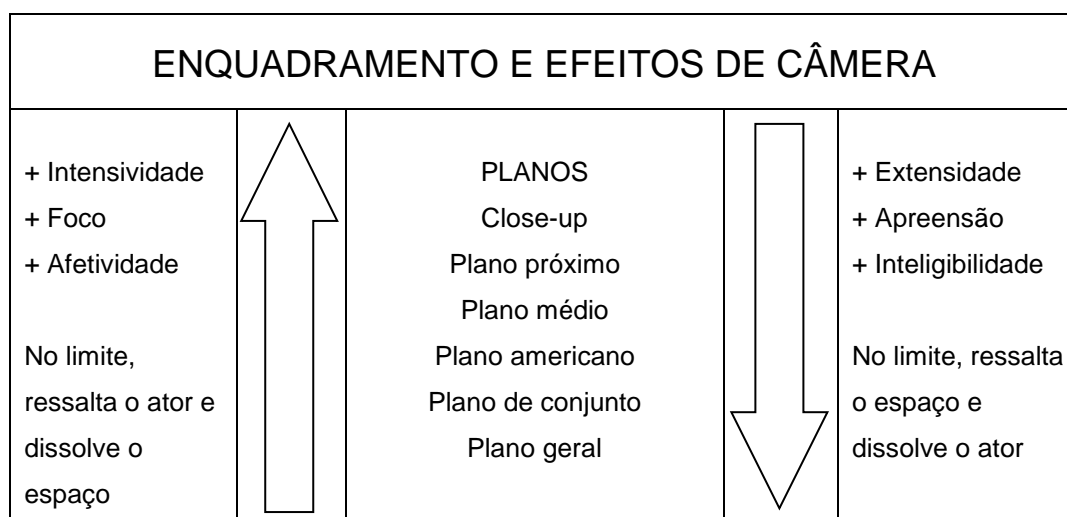
Plano de expressão exagerado. É um plano que ao ser cortado pelo queixo e pela testa permite que seja aumentada a carga emotiva da imagem para o telespectador.



### 9) Plano detalhe

Este plano foca apenas parte de um corpo, desmontando assim o corpo humano. Este plano permite também que seja aumentada a carga emotiva da imagem, ao focar, por exemplo, uns olhos a chorar.

A denominação para cada tipo de plano varia entre os autores consultados neste trabalho. Hernandez (2012, p. 140), por exemplo, utiliza algumas nomenclaturas diferentes de Simão e Fernandes. Para Hernandez, os planos super close-up (plano detalhe), close-up (plano detalhe), plano próximo e plano médio têm mais intensidade, foco e afetividade do que o plano americano, plano de conjunto e plano geral. Em contrapartida, os planos super close-up, close-up, plano próximo e plano médio possuem menos extensividade, apreensão e inteligibilidade do que o plano americano, plano de conjunto e plano geral.



**Quadro 1** – Enquadramento e efeitos de câmera

**Fonte:** (HERNANDES, 2006, p. 140)

A seguir, apresentaremos mais alguns pontos de vista sobre os diferentes tipos planos. Por conta da variação da nomenclatura, não haverá discussão sobre o plano de conjunto, apresentado por Hernandez. Os autores Grage e Meyer (apud HERANDES, 2012) entendem que o plano close-up servem para apresentar as expressões do personagem principal da cena.

O *close-up* é um dos recursos mais enfáticos na linguagem cinematográfica. A câmera aproxima-se um pouco mais, mostrando os ombros e a cabeça do ator. Com isso, o cenário no qual se desenvolve a ação é praticamente eliminado. E as expressões do ator tornam-se mais nítidas para o telespectador (GAGE e MEYER apud HERNANDES, 2012, p. 138-139).

Marcel Martin (apud HERNANDES, 2012) chama o plano *close-up* de primeiro plano e entende que este plano é o responsável por trazer ao receptor dramaticidade: “Sem dúvida, é no primeiro plano do rosto humano que se manifesta o poder de significação psicológico e dramático do filme, e é esse tipo de plano que constitui a primeira, e no fundo a mais válida, tentativa de cinema interior” (MARTIN apud HERNANDES, 2012, p. 139). Hugo Munsterberg (apud HERNANDES, 2012) lembrou, no começo do século passado, que o plano *close-up* “acentua ao máximo a ação emocional” (apud HERNANDES, 2012, p. 139).

O plano geral, segundo Gage e Meyer (apud HERNANDES, 2012), servem para ambientar o telespectador, mostrando todos elementos da cena.

Através de um plano geral, você consegue cobrir entradas e saídas das personagens e orientar o espectador sobre relacionamentos, movimentos e progressão dentro de cada cena do filme (GAGE; MEYER apud HERNANDES, 2012, p. 140).

Hernandes (2012) entende que no plano geral “o contato do público com o que é apresentado é mais da ordem inteligível” (HERNANDES, 2012, p. 42). No plano próximo, de acordo com Hernandes (2012), “o tom [da fala] é nervoso. A fala é rápida e tensa, principalmente diante dos acontecimentos disfóricos, quase sempre a maioria” (HERNANDES, 2012, p. 142). Hernandes explica que após cada notícia “a tensão necessária é menor” (HERNANDES, 2012, p. 42), quando é utilizado, portanto, o plano médio. Por fim, o plano americano, conforme Braighi (2013, p. 186), aparece quando a bancada de um telejornal, por exemplo, é mostrada.

## 4.2 AS VOZES DA REPORTAGEM

Reportagens de televisão são espaços para histórias que contagiam. Lage (1997) explica os meandros da reportagem televisiva, bem como ressalta a importância do telejornalismo:

Reportagens de televisão são documentários sobre a vida de um personagem, um acontecimento histórico, uma realização artística, costumes, animais, exercício de uma profissão etc. Podem contar uma história, com a tradição narrativa do cinema-ficção; defender uma tese; expor assuntos; retornar no tempo de imagens atuais para precedentes no passado; opor temas conflitivos. São construídas com a perspectiva centrada em um personagem ou objeto (...); com a sequência narrativa delimitada entre nascentes e poentes; como reportagens de ação, em que a equipe interfere no curso de uma atividade ou negócio para revelar seu mecanismo (...); com a câmera partindo dos planos mais gerais até o detalhe menos desvelado, ou o contrário; com imagens do mesmo acontecimento compondo versões conflitantes etc (LAGE, 1997, p. 31).

Nesta monografia, classificamos as vozes da reportagem em três categorias: entrevista, repórter e fonte. Por isso, mostraremos ao longo deste capítulo como deve ser a organização prévia para a entrevista, a postura do repórter durante a conversa com o entrevistado e apresentaremos os oito tipos de fontes.

Diferentemente de jornal impresso, a televisão não permite que uma fonte não compareça ao local da entrevista. Se não tiver entrevistado, a pauta cai, sem a possibilidade de deixar para mais tarde. Carvalho, Diamante, Bruniera e Utsch (2010) colocam como prioridade de quem está encarregado de agendar as entrevistas saber como é o local escolhido: “o pauteiro deve, dentro dos limites da apuração feita por telefone, questionar o entrevistado sobre a possibilidade de encontrar o repórter em lugar mais adequado para ambientar a matéria” (CARVALHO; DIAMANTE; BRUNIERA; UTSCH, 2010, p. 38). Outro ponto tido como importante pelos autores quando pensamos na entrevista é a condução da conversa. Eles entendem que o repórter deve investir ao máximo na entrevista, jamais deixando para perguntar depois o que poderia ser dito no encontro com a fonte.

Tenha em mente que perguntar nunca é demais. Peque pelo excesso, não pela omissão. Não deixe dúvidas para o entrevistado sobre o que você precisa e sobre o que está fazendo. Isso pode evitar que a equipe volte para a redação sem a matéria-prima necessária (CARVALHO; DIAMANTE; BRUNIERA; UTSCH, 2010, p. 38).

Durante a entrevista, é fundamental que o repórter saiba com quem está lidando. Ou ao menos, conheça a assessoria de imprensa que está por trás do entrevistado. Carvalho, Diamante, Bruniera e Utsch (2010) citam alguns cuidados que o repórter precisa ter ao consultar informações recebidas via *release*.

As assessorias de imprensa são pagas para defender interesses dos clientes, sejam órgãos governamentais, empresas privadas ou profissionais autônomos, que se utilizam dos veículos de comunicação para criar uma imagem positiva perante a opinião pública. O serviço é legítimo e os *releases* podem ser fontes de boas histórias, mas não substituem o trabalho de apuração. A questão é a leitura que o jornalista faz da informação recebida e como a utiliza (CARVALHO; DIAMANTE; BRUNIERA; UTSCH, 2010, p. 39).

A reportagem se constrói com base em informações obtidas com fontes. Por isso, Carvalho, Diamante, Bruniera e Utsch afirmam que a escolha da fonte “merece atenção redobrada” (Carvalho; Diamante; Bruniera; Utsch, 2010, p. 39). Após a escolha da fonte, o jornalista deve se ater a três elementos citados por Charaudeau (apud SCHIMITZ, 2011, p. 10), que são: notoriedade, testemunha e especialização. Estas características de algumas fontes jornalísticas aparecem na categorização das fontes produzida pelo mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina Aldo Antonio Schimitz. Esta monografia, portanto, apresenta os oito tipos de fontes, segundo Schimitz (2011):

| <b>Grupo</b>  | <b>Definição</b>   |
|---------------|--|
| Oficial       | Representante de instituições públicas ou privadas, que se pronuncia em nome da sua entidade.  |
| Empresarial   | Representante de uma corporação empresarial da indústria, comércio, serviços ou do agronegócio.  |
| Institucional | Representa uma organização sem fins lucrativos ou grupo social.  |
| Popular       | Manifesta-se por si mesmo, geralmente, uma pessoa comum, que não fala por uma organização ou grupo social; não defende uma causa própria.                    |
| Individual    | Representa a si mesma. Pode ser uma pessoa comum, personalidade política, cultural, artística ou um profissional liberal, desde que não represente entidade. |
| Testemunhal   | Representa para imprensa aquilo que viu ou ouviu. Tem o papel de portadora da verdade.   |
| Especializada | Detentora de um conhecimento reconhecido. Analisa consequências de determinadas ações ou acontecimentos.   |
| Referência    | A fonte de referência aplica-se à bibliografia, documento ou mídia que o jornalista consulta.  |

Fonte: Schimitz (2011, p. 25-27)

Segundo Schimitz, os oito tipos de fontes podem ser subdivididos em duas categorias: fonte primária ou secundária (SCHIMITZ, 2011, p. 24). Fonte

primária, segundo Schimitz, é aquela que revela dados em primeira mão: “Fornece diretamente a essência de uma matéria, como fatos, versões e números, por estar próxima ou na origem da informação” (SCHIMITZ, 2011, p. 2014). A fonte secundária, por sua vez, é aquela que pode ser consultada no planejamento de uma pauta. “Contextualiza, interpreta, analisa, comenta ou complementa a matéria jornalística, produzida a partir de uma fonte primária” (SCHIMITZ, 2011, p. 24).

#### 4.2.1 DENUNCIANTE X ACUSADO

Dentro de vozes da reportagem, apresentamos duas categorias para as fontes citadas por Schimitz (2011): denunciante e acusado. Nesta monografia, não há especificação sobre as fontes que compõem ambas as categorias, pois tanto na primeira quanto na segunda os tipos de fontes - oficial, empresarial, institucional, popular, individual, testemunhal, especializada e de referência – poderão se enquadrar.

Para explicar o porquê de uma fonte se tornar denunciante em uma reportagem investigativa, o Manual de Jornalismo Investigativo, da Unesco, faz uma metáfora com casos de profissionais da saúde.

Ou, como também sabem os médicos, elas falam porque estão sentindo uma dor e precisam terrivelmente que alguém as auxilie. Em geral, a dor é mais forte do que o orgulho, e é por isso que as primeiras pessoas que falam na maioria das investigações são vítimas – são pessoas que foram prejudicadas de alguma forma, ou cujos valores foram profundamente ofendidos por aquilo que testemunharam (MANUAL DE JORNALISMO INVESTIGATIVO, 2009, p. 42).

Assim como a fonte denunciante, o acusado é motivado por diversos motivos para ser voz de uma reportagem, entre eles, obviamente, a defesa pessoal. Mas existem, segundo o Manual de Jornalismo Investigativo, da Unesco, alguns motivos para a fonte acusada ter o direito de resposta assegurado.

Nunca, nunca, nunca ataque alguém em uma história sem oferecer a essa pessoa uma oportunidade de responder às suas evidências. É possível que ela lhe ofereça uma explicação absurda. Cite isso. Talvez ela se recuse a fazer comentários. Diga aos expectadores que ela preferiu não responder, sem sugerir que isso é algo culpável. Ninguém é obrigado a falar com jornalistas, e recusar-se a fazê-lo não é um sinal de culpa (por outro lado, não suponha que porque alguém quer falar com você, essa pessoa é fundamentalmente honesta e boa) (MANUAL DE JORNALISMO INVESTIGATIVO, 2009, p. 79).

Por fim, cabe ressaltar que a fonte acusada independe dos tipos apresentados por Schimitz (2011), podendo, como a fonte denunciante, ser composta por qualquer um dos oito tipos de fontes listados pelo autor.

### **4.3 A ESTÉTICA DA IMAGEM**

O telejornalismo não é feito somente de câmera profissional, mas, sim, de celular, câmeras semiprofissionais, entre outros. Esse fenômeno é o que chamamos nesta monografia de tipos de câmeras. Entre profissionais e amadoras, há a câmera escondida, que levanta discussões éticas nas redações brasileiras e mundiais. Martins (2016) separa os tipos de câmeras em quatro categorias:

#### **1) As câmeras oniscientes de vigilância**

Este tipo de câmera promete ao telespectador apresentar somente aquilo que realmente aconteceu, sem nenhuma intervenção no processo de edição (MARTINS, 2016, p. 5-6).

#### **2) As câmeras oniscientes ocultas**

Câmera escondida é muito utilizada em reportagens investigativas (MARTINS, 2016, p. 5-6).

#### **3) As câmeras onipresentes amadoras**

Registros feitos por câmeras digitais, celulares, tablets, webcams, câmeras Go-Pro. Apresentam imagens de baixa qualidade e apuro estético, com enquadramentos instáveis e pouca edição (MARTINS, 2016, p. 5-6).

#### **4) As câmeras onipresentes profissionais**

As mais difíceis de serem identificadas, visto que são geradas pelas próprias instâncias jornalísticas. Refere-se aqui aos registros oriundos das máquinas dos próprios profissionais das emissoras, e que exploram algum elemento da estética do amador e, portanto, estão carregados de autenticidade, ainda que sejam visivelmente mediados pelas instâncias midiáticas. São formatos explorados pelas mídias, voluntária ou involuntariamente, nos quais a irrupção da espontaneidade pode ser entendida como chave de leitura (MARTINS, 2016, p. 5-6).



No livro “A arte de fazer um jornal diário”, o jornalista Ricardo Noblat tece críticas às emissoras de televisão que colocam no ar imagens obtidas por câmera escondida. Para ele, gravar sem autorização pode ser considerado uma prática criminosa:

Costumamos dizer que, enquanto médico pensa que é Deus, jornalista tem certeza. Jornalista não é Deus. Não está dispensado de respeitar a Constituição e as leis do país. Não tem mandato conferido por ninguém para atuar ao arrefio de códigos e normas socialmente aceitas. A denúncia de um ato criminoso não justifica a prática criminosa (NOBLAT, 2008, p. 24).

A princípio, o jornalista depende do seu incansável trabalho de apuração para obter o furo da reportagem, que será o mote da investigação. A não ser, que a informação parta de assessoria de imprensa ou de uma fonte denunciante. Portanto, se o jornalismo investigativo tem a função de ser o cão de guarda da sociedade (WAISSBORD apud NASCIMENTO, 2010), a informação exclusiva obtida pelo jornalista interessa a sociedade como um todo (WAISSBORD apud NASCIMENTO, 2010). Carvalho, Diamante, Bruniera e Utsch (2015) justificam o uso da microcâmera por dois princípios: 1) a informação deve ser de interesse público; e 2) caso seja o único recurso para conseguir a reportagem. Após argumentarem em favor ao uso da câmera oculta, eles exemplificam: “Por exemplo, quando um crime está sendo cometido, mas a prova só pode ser conseguida por uma câmera escondida” (CARVALHO; DIAMANTE; BRUNIERA; UTSCHE, 2015, p. 92). O pesquisador Antônio Brasil é um dos autores que condena o uso da microcâmera. Em 2002, ele escreveu o artigo “Uma alternativa às câmeras ocultas”, onde publicou a sua dura posição contra a câmera escondida. Para ele, a câmera oculta desprende o jornalismo da ética profissional.

Câmeras ocultas matam jornalistas e a Ética profissional. Sempre fui contra. Considero uma prática jornalística polêmica e perigosa, tanto para a segurança dos nossos colegas quanto para a Ética da profissão (BRASIL, 2002, p. 31).

Além da câmera escondida, outra forma de captação de imagens no jornalismo é por cinegrafistas amadores. O fato foi desencadeado pela “realidade da cultura contemporânea marcada pelas novas tecnologias de informação e comunicação, na qual cada um pode ser produtor, criador, compositor,

montador, apresentador, difusor de seus próprios conteúdos” (ANDRADE e AZEVEDO, 2013). Por conta da expansão das tecnologias, o público receptor tem ocupado, muitas vezes, o lugar do repórter. Eles gravam, editam e publicam. Por tudo isso, os pesquisadores Andrade e Azevedo explicam o termo ‘jornalismo participativo’, citando Lidiane Ramirez de Amorim:

Talvez seja esse um dos motivos pelos quais a época de predominância do oficialismo das fontes, em que a voz dos cidadãos pouco recebia atenção, deu lugar a uma relação dialógica com um jornalismo que, além de dar voz, também se vale de textos, imagens e vídeos produzidos por esse cidadão. Dessa forma, configuram-se novas maneiras de relação entre as distintas mídias e suas audiências, novas formas e processos de comunicação (AMORIM apud ANDRADE e AZEVEDO, 2013, p. 86).

Outra maneira para obtenção de imagens é por câmera de segurança. As pesquisadoras Ana Paula Goulart de Andrade e Sandro Tôrres de Azevedo chamam de jornalismo apócrifo aquele que veicula imagem “cedida pela família da vítima” (ANDRADE e AZEVEDO, 2013, p. 147). Por fim, a última maneira que gostaríamos de destacar sobre obtenção de imagens é pela câmera profissional, que é quando o entrevistado está ciente da visita do repórter. É a câmera profissional que possui um diferencial: a qualidade de imagem. Enquanto a microcâmera, o cinegrafista amador e a câmera de segurança apresentam imagens de qualidade duvidosa, a câmera profissional é a mais indicada para a produção da reportagem televisiva, embora a reportagem seja investigativa.

## 5 METODOLOGIA

A metodologia é o que define as formas de investigação da pesquisa. A metodologia que mais se aproxima desta monografia é Análise de Conteúdo, que é um dos métodos mais tradicionais e surgiu em 1927 com Harold Lasswell, pioneiro na produção de pesquisas sobre comunicação nos Estados Unidos (HERSCOVITZ, 2010). Para Lasswell, a Análise de Conteúdo descrevia com objetividade e precisão o que era dito sobre um determinado tema, num determinado lugar num determinado espaço (apud HERSCOVITZ, 2010, p. 124).

O arcabouço teórico da Análise de Conteúdo da comunicação foi definido por Harold Lasswell, em conjunto com Paul Lazarsferld, renomado pesquisador mundialmente conhecido por suas obras que, em quase totalidade, averiguavam conceitos sobre opinião pública. As primeiras definições dos dois pesquisadores sobre Análise de Conteúdo estiveram correlacionadas com a dimensão quantitativa herdada do positivismo de Augusto Comte (1798-1857) e do neopositivismo oriundo do Círculo de Viena (1925-1936) (HERSCOVITZ, 2010, p. 124). Somente em 1950, a Análise de Conteúdo se torna popular, passando a ser utilizada em pesquisas científicas sobre racismo, violência e discriminação contra as mulheres no cinema e na televisão (MacNAMARA apud HERSCOVITZ, 2010, p. 124).

A popular Análise de Conteúdo pode ser desenvolvida em três fases: (a) pré-análise; (b) exploração do material; e (c) tratamento dos dados, inferência e interpretação (BARDIN apud GIL, 1999, p. 152). Na pré-análise se organiza o material. Na exploração do material se analisa a decisão tomada na primeira etapa e se delimita o material que será pesquisado. Por último, no tratamento dos dados, inferência e interpretação, se busca tornar verídicos todos os dados obtidos, utilizando ferramentas, como quadros, diagramas e figuras (GIL, 1999, p. 153).

Em um segundo momento, os autores organizaram o material colhido durante a primeira fase da análise. Ou seja, a reportagem propriamente dita, objeto de estudo desta monografia, foi transcrita e analisada em diversas etapas.

Isso para que, ao final da análise, pudéssemos cruzar os dados obtidos com o referencial teórico. É importante lembrar, como aponta o autor do livro *Metodologias de Pesquisa em Jornalismo*, Antônio Gil, que esta fase é a “mais longa e fastidiosa” (GIL, 1999, p. 152), pois nela todo material obtido durante a pré-análise deve ser administrado. Portanto, os pesquisadores tiveram que arquitetar um processo de codificação do material.

A Análise de Conteúdo foi escolhida para esta pesquisa, pois é uma maneira de o pesquisador obter êxito no momento de correlacionar o telejornalismo e o Jornalismo Investigativo, pois, segundo Herscovitz (2010, p.127), “os pesquisadores que utilizam a análise de conteúdo são como detetives em busca de pistas que desvendem os significados aparentes e/ou implícitos dos signos e das narrativas jornalísticas”.

Pensando na construção desse processo de codificação do material, Max Weber (apud Lago, Benetti, 2007), considerado um dos pais da Sociologia, apresenta cinco opções de unidades de registro:

- 1) Palavra: é talvez a menor unidade de registro em texto, porém implica problemas de difícil solução (WEBER apud LAGO, BENETTI, 2007, p. 133).
- 2) Frase: uma frase inteira pode tornar-se uma unidade de registro quando o pesquisador está interessado num grupo particular de palavras que podem significar uma referência positiva, negativa ou neutra em relação a um tema (WEBER apud LAGO, BENETTI, 2007, p. 134).
- 3) Tema: a codificação por tema é a mais comum em Análise de Conteúdo e em geral produz resultados positivo. Um tema é formado por uma unidade de texto que inclui o sujeito, o verbo e o objeto ou o agente, a ação e o alvo da ação. (WEBER apud LAGO, BENETTI, 2007, p. 134).

4) Parágrafo: na ausência de computadores e sob a pressão de recursos humanos limitados, alguns pesquisadores optam por codificar parágrafos inteiros (WEBER apud LAGO, BENETTI, 2007, p. 135).

5) Texto inteiro: Weber recomenda a utilização de textos inteiros como unidades de registro no caso de manchetes, editoriais, notícias e reportagens curtas para contagem de frequências de categorias de conteúdo manifestado. (WEBER apud LAGO, BENETTI, 2007, p. 135).

A unidade de registro desta monografia será tema, tendo em vista que os pesquisadores poderão medir, por meio deste artifício, a presença da imagem, da voz e da estética no Jornalismo Investigativo.

Por fim, na última fase desta técnica de análise de dados, os pesquisadores tiveram como meta tornar válidos os dados recolhidos nas duas fases anteriores (GIL, 1999, p. 153), podendo assim obter amostras para iniciar o processo da análise concreta dos materiais já inseridos na pesquisa. Dentro desta última fase, o escopo de quadros, diagramas e figuras (GIL, 1999, p. 153) do projeto foram arquitetados, a fim de que pudessem surgir conclusões para a monografia.

A natureza desta pesquisa é quantitativa e qualitativa, pois ela pretende apresentar quantas vezes foi utilizada na reportagem a câmera escondida e a câmera profissional. Além disso, o resultado final desta monografia apresentará o tempo total da reportagem que foi concedido a fonte denunciante e para a fonte acusada. Além disso, esta pesquisa mostrará quanto tempo da reportagem do programa Fantástico foi destinado aos diferentes tipos de câmeras e enquadramentos. Essa tabulação servirá para que o pesquisador possa avaliar qualitativamente como ocorreu a produção da reportagem. Com os dados, o resultado que se espera nesta pesquisa é, em sua totalidade, analítico.

Essa monografia é um estudo descritivo, uma vez que os pesquisadores irão mostrar as características da produção da reportagem jornalística. Para isso, conforme levantado por Gil (2008), esta pesquisa irá estabelecer uma relação sobre os métodos utilizados no telejornalismo com o Jornalismo Investigativo, o que dará margem para os autores descobrirem a presença da imagem, da voz e da estética no Jornalismo Investigativo.

Dentro da caracterização da pesquisa, é necessário compreender o tipo de pesquisa que está sendo realizada. Gil (2008) apresenta os três grupos de pesquisa: estudos exploratórios, estudos descritivos e estudos explicativos.

Estudos exploratórios, segundo Gil (2008), são aqueles que buscam desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias. Normalmente, este tipo de estudo é utilizado por pesquisadores que se detêm a pesquisas não muito exploradas no universo científico: “Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (GIL, 2008, p. 27).

O segundo tipo de pesquisa é o estudo descritivo. Segundo Gil (2008), “este tipo de estudo é, juntamente com o exploratório, o mais solicitado por instituições de ensino, empresas comerciais e partidos políticos” (GIL, 2008, p. 28). A principal razão para a popularidade deste tipo de pesquisa é que ela apresenta em seu resultado final a descrição de características de uma determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2008, p. 28).

O terceiro e último tipo de pesquisa é o estudo explicativo, que consiste na análise de fenômenos. Pela complexidade com que deve ser trabalhado, o estudo explicativo “é o tipo de pesquisa que requer mais bagagem cultural do pesquisador” (GIL, 2008, p. 28). “Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (2008, p. 28-29).

Para estudar os métodos do Jornalismo Investigativo utilizados na reportagem, é necessário que os pesquisadores se detenham a estudar a construção da reportagem. Deste modo, a esfera deste trabalho é dirigida a emissão.

Para a produção deste trabalho foram utilizados dois tipos de pesquisa: bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica consiste em uma série de obras já elaboradas. Segundo Gil (2008), este tipo de pesquisa é muito utilizado em trabalhos que fazem uso da técnica de Análise de Conteúdo. Com a pesquisa bibliográfica, os pesquisadores podem, por exemplo, levantar dados sobre uma determinada região, como enfatiza Gil (2008, p. 50): “Seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre a população ou renda *per capita*; todavia, se tem à sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos”. No entanto, a pesquisa bibliográfica tem o seu lado negativo. Uma pesquisa pode ser fundamentada por dados incorretos (GIL, 2008). Por isso, existem algumas recomendações necessárias para quem opta pela pesquisa bibliográfica:

Muitas vezes as fontes secundárias apresentam dados coletados ou processados de forma equivocada. Assim, um trabalho fundamentado nessas fontes tenderá a reproduzir ou mesmo a ampliar seus erros. Para reduzir esta possibilidade, convém aos pesquisadores assegurarem-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, cotejando-se cuidadosamente (GIL, 2008, p. 50-51).

Nesta monografia, para a técnica de coleta de dados, os seguintes autores compõem a pesquisa bibliográfica: Dirceu Fernandes Lopes e José Luiz Proença, ambos professores de Jornalismo da ECA-USP; Hugo de Burgh, conferencista sênior do Department of Media and Communications, University of London, Goldsmiths' College; Leandro Fortes, correspondente da revista Carta Capital em Brasília, onde trabalhou na redação do Correio Braziliense e nas sucursais de O Estado de São Paulo, Zero Hora, Jornal do Brasil, O Globo, Época e TV Globo; Cleofe Monteiro de Sequeira, mestra e doutora em Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da USP; Francisco José Castilhos Karam, mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia

Universidade de São Paulo (PUC-SP); Rogério Cristofolletti, doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) e membro do Conselho Administrativo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor); e Caio Túlio Costa, jornalista, doutor em ciências da comunicação pela USP e professor de ética na Faculdade Cásper Líbero (SP).

Além disso, serão utilizados os seguintes autores de artigos: Ana Paula Goulart de Andrade e Sandra Tôrres de Azevedo, autoras de artigo publicado na Revista Eletrônica de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano; Everardo Rocha e Bruna Aucar, professores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Juliano José de Araújo, autor de artigo publicado na Revista Interamericana de Comunicação Midiática; Juliana Freita Gutman, doutora em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade da Bahia (UFBA).

O outro tipo de pesquisa é a documental. Embora apresente algumas semelhanças com a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental tem características próprias e importantes. Ela oferece a possibilidade de o pesquisador incluir no trabalho “documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, etc” (GIL, 2008, p. 51). Na pesquisa documental para a técnica e instrumentos de coleta de dados desta monografia, serão utilizados os seguintes materiais: Solano Nascimento, autor de tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília como requisito para aprovação no processo de doutoramento. Reportagem do programa Fantástico Deputados estaduais usam coleção de fraudes para desviar dinheiro público. As técnicas de pesquisa serão utilizadas neste trabalho para o processo de análise, que ocorrerá a partir das três categorias estabelecidas:

- **A imagem:** Vamos analisar os planos usados durante a reportagem com base nos autores Paternostro (1987); Gutman (2012); João Simão e Nuno Fernandes (2007); e Hernandes (2012).



- **As vozes da reportagem:** Iremos mostrar quais fontes foram utilizadas na reportagem, bem como dados sobre a participação do repórter e do locutor. Para esta análise, serão utilizados autores como Lage (1997); Carvalho, Diamante, Bruniera e Utsch (2010); e Aldo Antonio Schmitz (2011).
- **Estética da imagem:** Os tipos de câmeras utilizados na reportagem serão analisados com base nos autores Martins (2016); Ricardo Noblat (2008); Carvalho, Diamante, Bruniera e Utsch (2015); e Antônio Brasil (2002).

## 5.1 REPORTAGEM

No dia 7 de junho de 2015 foi ao ar uma reportagem no programa Fantástico com diversas suspeitas de fraudes de desvio de dinheiro público em quatro Assembleias Legislativas – Alagoas, Amapá, Goiás e Rio Grande do Sul. A reportagem de 14 minutos e cinco segundos tem câmera oculta, perseguição feita pelo repórter e inúmeras entrevistas. Ao todo, 22 pessoas foram envolvidas na reportagem.

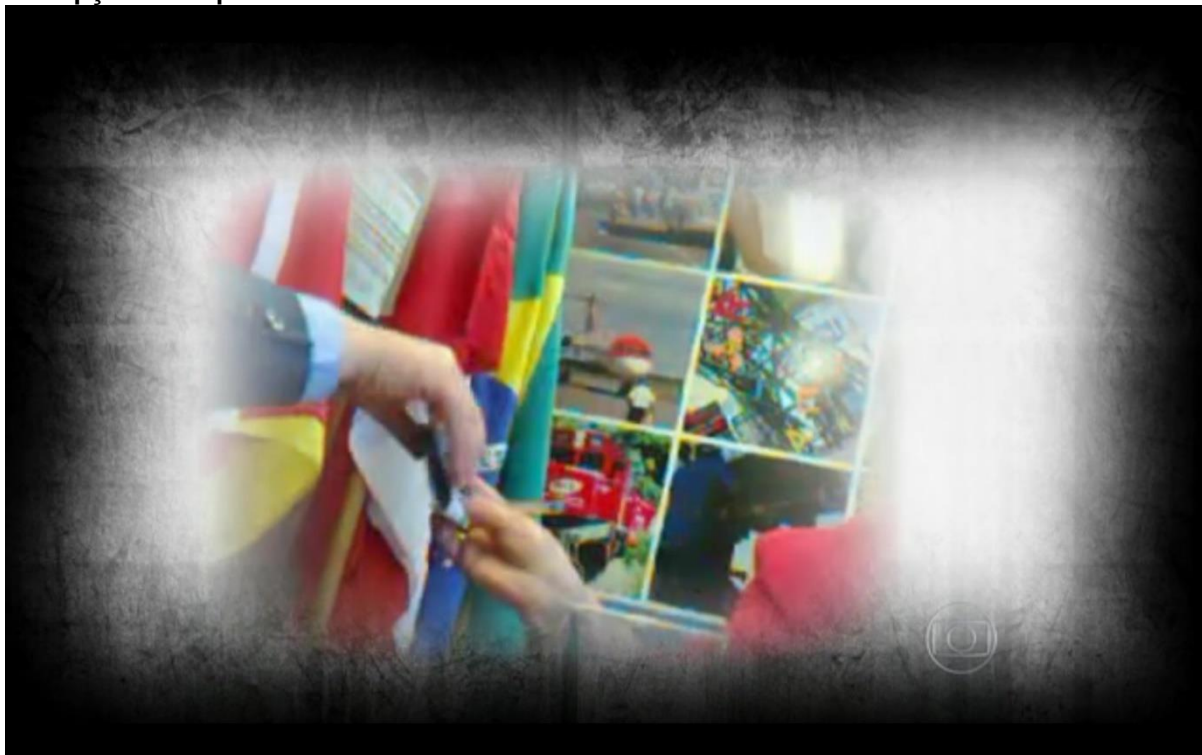
**Figura 1 Repórter investigativo persegue mulher que, supostamente, estaria envolvida em fraude**



Fonte: TV Globo, 2016.

Como consequência da investigação feita pelo Fantástico, o então deputado estadual do Rio Grande do Sul Dr. Basegio, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), leu, no dia 23 de novembro de 2015, uma carta de renúncia ao vivo no programa Esfera Pública, da Rádio Guaíba. A renúncia, no entanto, não retirou de pauta a votação da cassação do mandato do parlamentar no plenário da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. No dia seguinte a sua renúncia, o mandato do deputado foi cassado pelos outros parlamentares, em votação que terminou de forma unânime, 46 votos favoráveis.

**Figura 2** Reportagem apresentou gravações escondidas com supostos esquemas de corrupção entre parlamentar e assessores



Fonte: TV Globo, 2016.

Antes de apresentarmos a análise desta pesquisa, a decupagem completa da reportagem pode ser conferida. Antes, porém, os pesquisadores destacam que o narrador da reportagem não é o repórter Giovani Grizotti, mas, sim, o jornalista e apresentador do programa Fantástico Tadeu Schmidt, que nesta monografia é identificado como locutor.

| Imagem                  | Áudio   |
|-------------------------|---|
| Locutor (00:00 – 00:19) | Eles são eleitos para fazer leis e servir ao povo. Mas alguns se especializam em usar o mandato para enriquecer. E não é pouca maracutaia, não. Vários deputados estaduais, por todo o Brasil, usam uma coleção de fraudes para desviar dinheiro público. |

|                          |   |
|--------------------------|---|
| Locutor (00:20 – 01:02)  | Uma missa no interior do Brasil e uma pergunta: por que esse padre não deveria estar aqui? Na periferia de uma capital, duas irmãs revoltadas. Sem saber, elas eram usadas num esquema para desviar dinheiro público. E um desafio para as leis da física: será que numa sala caberiam 71 pessoas trabalhando? E na hora de dar explicações, uma atitude desesperada. |
| Locutor (01:03 – 01:22)  | Esta reportagem vai revelar o mapa da farra com o dinheiro público em assembleias estaduais de todo o país. Tem vários tipos de golpe: inclusive adulterar medidor de quilometragem de carros usados por deputados para forjar despesas com combustível.  |
| Locutor (01:23 – 01:37)  | A investigação do repórter Giovane Grizotti começa pelo Rio Grande do Sul. De 2011 até o ano passado, Neuromar Gatto era chefe de gabinete do deputado estadual Diógenes Basegio, o Doutor Basegio, do PDT.   |
| Locutor (01:38 – 01:48)  | Sem medo de mostrar o rosto, Neuromar Gatto revela que funcionários, vários deles fantasmas, devolviam parte do salário ao deputado que os contratou.   |
| Neuromar (01:49 – 02:04) | Essas pessoas traziam até o gabinete os valores e entregavam a mim, esse valor... Esses valores. E eu, naturalmente, repassava ao deputado esses valores, como consta em gravações.   |
| Grizotti (02:05)         | Você era o arrecadador?   |
| Neuromar (02:06)         | Exato.  |
| Locutor (02:07 – 02:17)  | O deputado estadual Doutor Basegio é médico da cidade gaúcha de Passo Fundo e foi reeleito, no ano passado, para o segundo mandato na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.  |

|                               |  |
|-------------------------------|--|
| Locutor (02:18 – 02:25)       | Segundo o delator, o próprio deputado controlava quanto cada funcionário tinha que devolver. Uma lista mostra nomes e valores.   |
| Neuromar (02:26 – 02:31)      | São documentos assim, com a letra dele, mostrando R\$ 800 mil que ele poderia tirar por ano.   |
| Grizotti (02:32)              | E isso o que diz aí?   |
| Neuromar (02:33 – 02:41)      | Esse aqui é o repasse. São as pessoas que repassavam pra ele num certo período.  |
| Locutor (02:42 – 02:49)       | Além de documentos, Neuromar gravou flagrantes de como funcionava o esquema de extorsão de assessores e uso de funcionários fantasmas.   |
| Locutor (02:50 – 02:55)       | Em um vídeo, o assessor Álvaro Ambrós revela o quanto devolve de salário.  |
| Neuromar (02:56)              | Quanto que tu repassa?   |
| Álvaro Ambrós (02:57 – 03:01) | Três e pouco é a parte dele. Três e duzentos, três e trezentos.  |
| Locutor (03:02 – 03:07)       | Três mil e trezentos reais diretamente para o bolso do deputado.   |
| Locutor (03:08 – 03:18)       | A dona de casa Hedi Vieira era contratada como assessora parlamentar do Doutor Basegio. Sem saber que estava sendo filmada, ela admitiu que era fantasma.  |
| Grizotti (03:19)              | Não trabalhava na prática?   |
| Hedi Vieira (03:20)           | Na prática, não. E nem ficava com o salário.   |
| Hedi Vieira (03:21 – 03:24)   | Eu não recebia dinheiro nenhum.  |
| Grizotti (03:25)              | Mas não era assessora?   |
| Hedi Vieira (03:26 – 03:30)   | Assessora só no papel.   |
| Locutor (03:31 – 03:57)       | O publicitário Paulo Marins, responsável pelas campanhas eleitorais do deputado, aparece num vídeo entregando dinheiro para o então chefe de gabinete, Neuromar Gatto. Segundo Neuromar, foi mais uma devolução de salário, dessa vez da mulher de Marins, que também estava empregada na assembleia. O publicitário disse que o dinheiro era uma comissão devida a Gatto. |
| Neuromar (03:58)              | Eu não sei quanto é.   |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Paulo Marins (03:59 – 04:00) | É 3-0-0-8.  |
| Neuromar (04:01)             | Isso.   |
| Locutor (04:02 – 04:12)      | O número 3-0-0-8 significa R\$ 3.008, exatamente o valor do contracheque da mulher do publicitário em setembro de 2013.   |
| Paulo Marins (04:03 – 04:15) | Mil e vinte, mil e trinta.  |
| Locutor (04:16 – 04:20)      | R\$ 1.032 é o valor referente aos dias trabalhados por ela no mês anterior.   |
| Locutor (04:21 – 04:33)      | Em outro vídeo, a etapa final do esquema. Dentro do gabinete, na Assembleia do Rio Grande do Sul, o deputado Doutor Basegio participa da contagem do dinheiro devolvido.  |
| Neuromar (04:34 – 04:47)     | Amanhã ela passa então R\$ 1.500. E aí quinta-feira mais os R\$ 300, R\$ 305 reais. Tudo em dez reais. Eles só conseguiram sacar em dez reais.  |
| Locutor (04:48)              | E ainda reclama do valor.   |
| Basegio (04:49 – 04:52)      | Mas, meu Deus, que pobreza essa gente.  |
| Locutor (04:53 – 04:54)      | Um dos maços de dinheiro o deputado separa na hora.   |
| Basegio (04:55 – 04:58)      | Esse eu vou precisar  |
| Locutor (04:59 – 05:02)      | O Fantástico procurou o deputado para responder às acusações.   |
| Basegio (05:03 – 05:21)      | Não, jamais existiu aqui dentro desse gabinete, qualquer funcionário-fantasma. Existe transparência, existe controle. E nós... Jamais chegou a nós dinheiro de qualquer funcionário. Porque eu não sou falcaturia e tenho uma vida pra preservar. |
| Locutor (05:22 – 05:33)      | A Organização Não-Governamental Transparência Brasil investigou os gastos de todas as assembleias do país e descobriu distorções nos pagamentos de salários a assessores dos deputados.   |

|   |  |
|---|--|
| Locutor (05:34 – 05:46)   | Um exemplo: no Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Pernambuco, essa despesa é maior que na Câmara dos Deputados, em Brasília, que só pode ter, no máximo, 25 funcionários por gabinete.     |
| Locutor (05:47 – 06:02)   | Veja o absurdo no Amapá, onde não há limite de funcionários. Os 24 deputados têm, incríveis, 2.653 cargos de confiança. E o tamanho do gabinete...   |
| Carlos Eduardo Domingues da Silva, engenheiro-civil (06:03 – 06:08)       | Então, um total de 30 metros quadrados, trabalhariam no máximo cinco pessoas.  |
| Locutor (06:09 – 06:19)   | Tem deputado com 71 assessores. O porta-voz da Assembleia do Amapá explica que os deputados têm direito a manter assessores em todas as cidades do estado.   |
| Grizotti (06:20)  | São 16 municípios?   |
| Paulo Roberto Melen, consultor legislativo da Assembleia do Amapá (06:21) | Sim.   |
| Grizotti (06:22 – 06:26)  | Como justificar 71 assessores e como o espaço físico comporta?   |
| Melen (06:27 – 06:33)   | Se eu tivesse cinco assessores em cada município, eu teria quantos?  |
| Grizotti (06:34)  | Mas precisaria cinco assessores?   |
| Melen (06:35 – 06:37)   | Mas se eu tivesse? Se eu tivesse?  |
| Locutor (06:38 – 06:50)   | Afinal, onde estão os assessores parlamentares do Amapá? Um homem devia trabalhar na assembleia, mas procurou o Ministério Público para contar que na verdade prestava serviços particulares para um deputado. |
| Grizotti (06:51)  | O senhor não trabalhava no gabinete?   |
| Homem que procurou o MP (06:52 – 06:58)                                   | Nunca entrei na assembleia. Era nomeado como assessor político e nunca peguei num papel.   |
| Locutor (06:59 – 07:05)   | Esta semana, o Ministério Público vai entrar com uma ação para diminuir os cargos de confiança no Amapá.   |

|   |   |
|---|---|
| Afonso Guimarães, promotor de Justiça (07:06 – 07:16)                                       | Vamos ir à Justiça, pedindo que o judiciário anule essas contratações ilegais. E nesses casos, logicamente, o Ministério Público irá pedir a devolução dos valores, sim.  |
| Locutor (07:17 – 07:26)   | Em Alagoas, dezenas de funcionários-fantasma foram descobertos, no ano passado, pela Controladoria-Geral da União.  |
| William Gomes da Silva, chefe da Controladoria Regional da União em Alagoas (07:27 – 07:41) | Pessoas humildes foram utilizadas para serem colocadas na folha de salários da Assembleia Legislativa e receberem esses pagamentos. Algumas conheciam, sabiam da irregularidade, outras desconheciam essa irregularidade.           |
| Locutor (07:42 – 07:52)   | É o caso de duas irmãs que ganham um salário mínimo por mês trabalhando honestamente numa lavanderia comunitária de Maceió.   |
| Fantástico (07:53 – 07:54)  | Dona Naudiene, a senhora trabalha na Assembleia Legislativa?  |
| Naudiene da Silva Quintino, lavadeira (07:55 – 07:58)                                       | Nunca. Não sei nem onde é. A única coisa que a gente sabe fazer é lavar roupa.  |
| Fantástico (07:59 – 08:03)  | Consta aqui nos registros que em dois meses a senhora recebeu mais de R\$ 25 mil de salário.  |
| Naudiene (08:04 – 08:08)  | Eita. Queria eu. Nunca vi nem tanto dinheiro assim na minha vida.   |
| Lavadeira Sandra Maria da Silva (08:09 – 08:13)   | Se eu tivesse recebido eu não estava numa vida dessa, que só Deus aqui pra ajudar a gente.  |
| Locutor (08:14 – 08:28)   | O Ministério Público de Alagoas investiga fraudes que podem chegar a R\$ 150 milhões em cinco anos. E o ex-presidente da Assembleia, principal acusado, atualmente é um dos responsáveis por julgar os desvios de dinheiro público. |



|  |  |
|--|--|
| Procurador-geral de Justiça de Alagoas Sérgio Jucá (08:29 – 08:49)               | O ex-deputado Fernando Tolêdo, que presidia a Assembleia Legislativa envolvido nesses atos ilícitos comprovadamente, infelizmente foi premiado. Como recompensa, foi nomeado para ser conselheiro do Tribunal de Contas. |
| Fernando Tolêdo, conselheiro do TCE, ex-presidente da Assembleia (08:50 – 08:55) | Eu estando inocente, como tenho a consciência da tramitação, eu vou julgar isso com muita isenção.   |
| Locutor (08:56 – 09:08)  | As fraudes se espalham pelo país. O mesmíssimo esquema foi descoberto em Goiás, onde existem 2,4 mil cargos de confiança e 41 deputados.   |
| Lauro Nogueira, procurador-geral de Justiça de Goiás (09:09 – 09:25)             | Sem precisar prestar o expediente, a pessoa, era oferecida a vantagem, dava o nome, era contratada na assembleia e com a obrigação de uma vez no mês, em algum local da cidade, ser devolvido o dinheiro.                |
| Locutor (09:26 – 09:34)  | Uma dessas funcionárias que ganhavam sem trabalhar é a manicure Mércia Adriana Dias. Em vez de trabalhar no gabinete, ela cuidava de seu salão de beleza.  |
| Locutor (09:35 – 09:51)  | Ao ser abordada pelo repórter Giovani Grizotti, ela não quis dar explicações... Abandonou os clientes e correu.  |
| Locutor (09:52 – 10:07)  | Ainda em Goiás, tem fantasma que veste batina e reza missas - bem longe do gabinete onde deveria trabalhar. É o padre Luiz Augusto, funcionário da assembleia desde 1980.  |
| Padre Luiz Augusto (10:08 – 10:09)   | Fantasma não tem carne e osso como eu tenho.   |
| Locutor (10:10 – 10:20)  | Esta semana, o padre foi acusado formalmente pelo Ministério Público de ter recebido mais de R\$ 3 milhões de salário ao longo de 20 anos, sem trabalhar.  |
| Fernando Krebs, da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público (10:21 – 10:32)    | Eu mesmo não acreditei. Tive dificuldade de acreditar porque achei absolutamente condenável do ponto de vista ético esta postura por parte de quem prega a ética como um padre da Igreja Católica.                       |

|   |  |
|---|--|
| Locutor (10:33 – 10:38)   | O padre se defende dizendo que usa o salário de R\$ 7,3 mil em obras sociais.  |
| Padre Luiz Augusto Ferreira da Silva (10:39 – 10:49)                          | E eu pago para pessoas doentes que eu cuido. Sobra, então, R\$ 6,3 mil pra comprar algum alimento pra eles ainda. Então não tem nada de fantasma, não tem nada ilegal nessa situação.  |
| Locutor (10:50 – 11:01)   | O Ministério Público pediu à Justiça a devolução dos salários e também acusou ex-presidentes da Assembleia Legislativa de Goiás por permitir que o padre recebesse sem trabalhar.  |
| Helio de Souza, presidente da Assembleia Legislativa de Goiás (11:02 – 11:15) | Colocamos o ponto eletrônico, o crachá funcional pra todos os servidores, o portal da transparência, o conselho de gestão da frequência e da folha de pagamento.   |
| Locutor (11:16 – 11:24)   | Outro foco de desvio de dinheiro público envolve a chamada verba indenizatória, que serve para reembolsar as despesas dos deputados.   |
| Natalia Paiva, diretora-executiva da Transparência Brasil (11:25 – 11:32)     | Em algumas assembleias não é necessário sequer apresentar comprovante fiscal da verba indenizatória, que devia ser para indenizar um gasto já efetuado.  |
| Locutor (11:33 – 11:56)   | Em muitas assembleias do Brasil é um festival de notas frias, empresas de fachada, serviços nunca prestados. Veja esse exemplo do Amapá: a dona da agência de viagens, que não está envolvida no esquema, não sabe como notas fiscais da empresa dela foram parar na prestação de contas de cinco deputados. |
| Fantástico (11:57 – 12:01)  | A senhora reconhece essas notas fiscais como tendo sido preenchidas pela senhora?  |
| Neucila Marins Nery, empresária (12:02)                                       | Não. De forma alguma.  |

|  |  |
|--|--|
| Locutor (12:03 – 12:18)                                | Promotores do Amapá investigam fraudes que, em apenas dois anos, podem passar dos R\$ 50 milhões. Até empresa em nome de morto foi usada para deputado embolsar verba que deveria ser usada para locação de veículos.  |
| Uma pessoa que não quis se identificar (12:19 – 12:26) | Ele morreu no dia 14. Tem uma nota que foi tirada 15 dias depois da morte dele. Começo de janeiro. O meu irmão já tava morto não tinha como assinar. Como é que um morto vai assinar?.   |
| Locutor (12:27 – 12:36)                                | Mas mesmo quando as notas não são frias, a verba pode ser fraudada.  |
| Locutor (12:37 – 13:02)                                | No Rio Grande do Sul, os 55 deputados receberam mais de R\$ 4,5 milhões para rodar mais de 8 milhões de quilômetros, o equivalente a 10 viagens de ida e volta até a lua. Parte do valor a ser pago aos deputados é controlado pelo medidor de quilometragem dos carros. O ex-chefe de gabinete, que você viu no começo da reportagem, conta que o marcador de vários carros é fraudado em oficinas mecânicas. |
| Grizotti (13:03 – 13:05)                               | Quantas vezes você levou o carro pra fazer a adulteração?  |
| Neuromar (13:06 – 13:11)                               | No mínimo umas seis, sete vezes. Então, aí você joga pra cima essa quilometragem lá.   |
| Locutor (13:12 – 13:42)                                | A pedido do Fantástico, ele foi até a oficina onde tudo acontece. Repare que, antes da adulteração, o carro marca quase 75 mil quilômetros. Na oficina, Neuromar pede ao mecânico para aumentar o medidor em 5 mil quilômetros. Enquanto trabalha, o mecânico confirma que a prática é comum. Minutos depois, o resultado no painel: 80 mil quilômetros.   |
| Grizotti (13:43 – 13:46)                               | Alguma vez já aumentou a quilometragem de carro aqui?  |
| Mecânico (13:47 – 13:49)                               | Também não.  |

|  |   |
|--|---|
| Edson Brum, ex-presidente da Assembleia do Rio Grande do Sul (13:50 – 14:04) | Isso é uma vergonha. E quem cometeu esse tipo de crime, sendo comprovado, tem que pagar por isso. |
| Basegio (14:05)  | Esse, esse eu vou precisar.   |

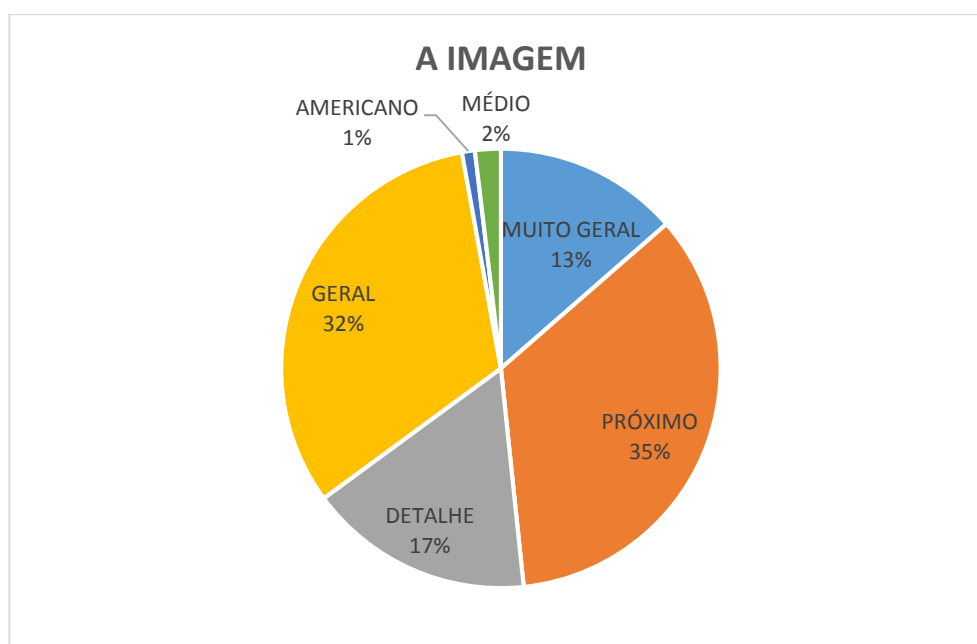
## 6 ANÁLISE

A reportagem estudada nesta pesquisa apresenta denúncia de corrupção em quatro Assembleias Legislativas do Brasil: Alagoas, Amapá, Goiás e Rio Grande do Sul. Além de apresentarmos dados gerais da reportagem referente a enquadramento, fontes e tipos de câmeras, vamos mostrar dados relativos a cada uma das denúncias, dividindo, portanto, a análise da reportagem em sete momentos.

### 6.1 A IMAGEM

Segundo os pesquisadores Simão e Fernandes, existem nove tipos de planos no telejornalismo. São eles: plano muito geral; plano geral; plano geral médio; plano americano; plano médio; plano próximo; grande plano; muito grande plano; e plano detalhe. Na reportagem “Deputados estaduais usam coleção de fraudes para desviar dinheiro público”, veiculada no programa Fantástico da Rede Globo e que é objeto de estudo deste trabalho foram utilizados, ao todo, seis dos nove planos sugeridos pelos autores.

**Gráfico 1** – Os tipos de planos utilizados na reportagem



Fonte: O autor, 2016

Conforme analisamos, podemos afirmar que em 10 minutos e 18 segundos (72% do tempo total dos 14 minutos e cinco segundos) foram utilizados os planos. O mais presente foi o plano próximo, que de acordo com Hernandes (2006, p. 140) é o segundo plano com mais intensidade, foco e afetividade. O plano próximo, segundo Simão e Fernandes, “privilegia o que é transmitido pela expressão facial” (SIMÃO e FERNANDES, 2007, p. 14-16).

Destarte, não resta dúvidas de que o plano próximo foi o mais utilizado por ser o tipo de plano que poderia mais prender, literalmente, o espectador na frente da televisão, na hora da veiculação da reportagem, pois os três elementos citados por Hernandes – intensidade, foco e afetividade – caminham na direção exata do tema da reportagem que estamos analisando: corrupção em diferentes Assembleias Legislativas do Brasil. O plano próximo foi detectado 33 vezes, ocupando um total de 35% da reportagem, o que equivale ao tempo de quatro minutos.

O segundo plano com mais aparições na reportagem do programa Fantástico foi o plano geral, que teve 27 inserções ao todo. O plano geral, conforme Hernandes (2006), é o que menos apresenta intensidade, foco e afetividade. Em contrapartida, o plano geral é o que mais transmite aos espectadores extensidade, apreensão e inteligibilidade, que é a capacidade do ser humano de entender bem as coisas. O plano geral teve 27 momentos – 32% da reportagem –, resultando num total de três minutos. Este plano, conforme Hernandes Simão e Fernandes (2007) tem como característica principal ambientar o telespectador.

O plano detalhe foi o terceiro que mais esteve presente na reportagem. Com doze aparições, o plano foi percebido pelos pesquisadores durante dois minutos (17%). Este plano prioriza o detalhe de cada cena, podendo ser as lágrimas do choro do entrevistado, por exemplo.

O quarto plano mais utilizado na reportagem do programa Fantástico foi o plano muito geral, que contém essencialmente o ambiente da cena (SIMÃO E

FERNANDES, 2007). O plano muito geral foi encontrado sete vezes na reportagem. Ele ocupou o tempo de um minuto na reportagem (13%).

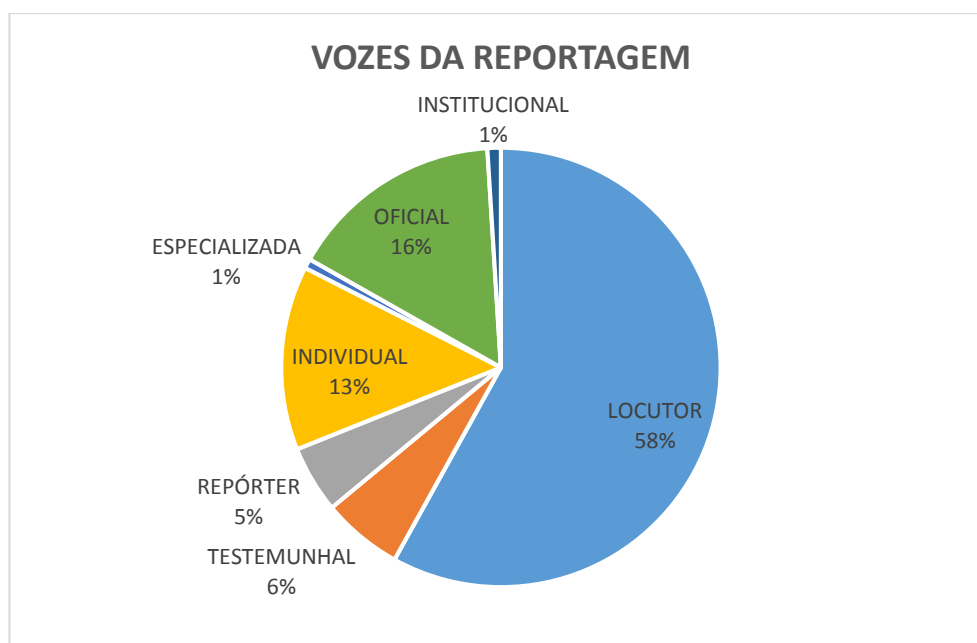
O penúltimo plano mais usado na reportagem do repórter Giovani Grizotti é o plano médio. Este plano, conforme Simão e Fernandes (2007), seria um meio termo entre a ação e a expressão do entrevistado. Já para Hernandes (2006), o plano médio é utilizado com a bancada do telejornal, por exemplo, por ser o momento de menos tensão. O plano médio teve somente três aparições na reportagem do Fantástico, totalizando 12 segundos (2%).

O sexto e último plano usado na reportagem foi o plano americano, que apareceu apenas uma vez – seis segundos (1%). Este plano, segundo Simão e Fernandes (2007), corta o ser humano pela coxa. Além disso, o plano americano apresenta mais apreensão do que o plano médio, por exemplo, segundo Hernandes (2006).

## 6.2 AS VOZES DA REPORTAGEM

Quando falamos em vozes da reportagem nos remetemos aos mais variados tipos de fontes do Jornalismo, bem como a locução do apresentador e a participação do repórter na matéria. Diante deste cenário, decidimos por analisar quais tipos de fontes foram utilizados na reportagem do programa Fantástico. Schmitz (2011) nos apresenta sete tipos de fontes. São elas: oficial, empresarial, institucional, popular, individual, testemunhal, especializada e referência.

**Gráfico 2** – As vozes presentes na reportagem



Fonte: O autor, 2016

Dos 14 minutos e cinco segundos do tempo total da reportagem, 96% – 14 minutos – foi destinado ao uso do que denominamos vozes da reportagem. Na reportagem quem tem mais voz é o locutor, que é o apresentador do programa Fantástico Tadeu Schimidt. Ao todo, sete minutos – 58% da reportagem foi para esta finalidade.

Em seguida, a fonte oficial foi o tipo de fonte com mais inserção na reportagem, com 2 minutos de aparição, totalizando 16% do tempo total. Segundo Schimitz, esta fonte é aquela que concede a entrevista em nome de



uma instituição pública ou privada. Na reportagem, são fontes oficiais: presidentes de Assembleias e consultor legislativo.

Em terceiro lugar, a fonte individual com um minuto e meio (13%), que, segundo Schimitz representa a si mesma, podendo ser uma pessoa comum, personalidade política, cultural, artística ou um profissional liberal, desde que não represente entidade. São fontes individuais na reportagem: o deputado Dr. Basegio, do Rio Grande do Sul; o ex-chefe de gabinete do Dr. Basegio, Neuromar Gatto, que denunciou supostas práticas irregulares que teriam sido cometidas pelo parlamentar; o padre Luiz Augusto, acusado de ser funcionário-fantasma da Assembleia Legislativa de Goiás; a empresária Neucila Marins Nery, que teve a sua empresa envolvida em esquema de notas fiscais frias no Amapá; e o mecânico, que é flagrado aumentando a quilometragem de carro usado por assessor de deputado da Assembleia do Rio Grande do Sul.

A fonte testemunhal ocupa a quarta posição com 42 segundos (6%), que representa uma organização sem fins lucrativos ou grupo social, segundo Schimitz. São fontes testemunhais na reportagem: Álvaro Ambrós, assessor do deputado Dr. Basegio e que foi acusado de ter devolvido dinheiro ao parlamentar; um homem não identificado na reportagem, que afirmou ter sido envolvido em um esquema na Assembleia do Amapá; a lavadeira Naudiene da Silva Quintino, que também teve o seu nome envolvido em suposto esquema de corrupção em Alagoas; a outra lavadeira Sandra Maria da Silva, também envolvida em esquema em Alagoas; e outra fonte que não quis se identificar, por ser irmão de um suposto participante, já falecido, em esquema de corrupção no Amapá.

Na quinta posição, estão as falas do repórter Giovani Grizotti de 35 segundos ou 5% do tempo total da reportagem.

A sexta voz utilizada na reportagem é a fonte institucional com sete segundos (1%), que é a diretora-executiva da Transparência Brasil, Natalia Paiva. Para Schimitz, esse tipo de fonte representa uma organização sem fins lucrativos ou grupo social.

Por fim, o engenheiro-civil Carlos Eduardo Domingues da Silva foi utilizado como fonte especializada durante 5 segundos do tempo da reportagem, o que equivale a 1% do total. Este tipo de fonte é o detentor de um conhecimento reconhecido, capaz de analisar consequências de determinadas ações ou acontecimentos, conforme Schmitz.

### 6.3 ESTÉTICA DA IMAGEM

Dentro da análise, buscamos focar especificamente na questão na qualidade da imagem. Quais os tipos de equipamentos e recursos foram usados para compor a reportagem.

**Gráfico 3** – Os tipos de câmeras utilizados na reportagem



Fonte: O autor, 2016

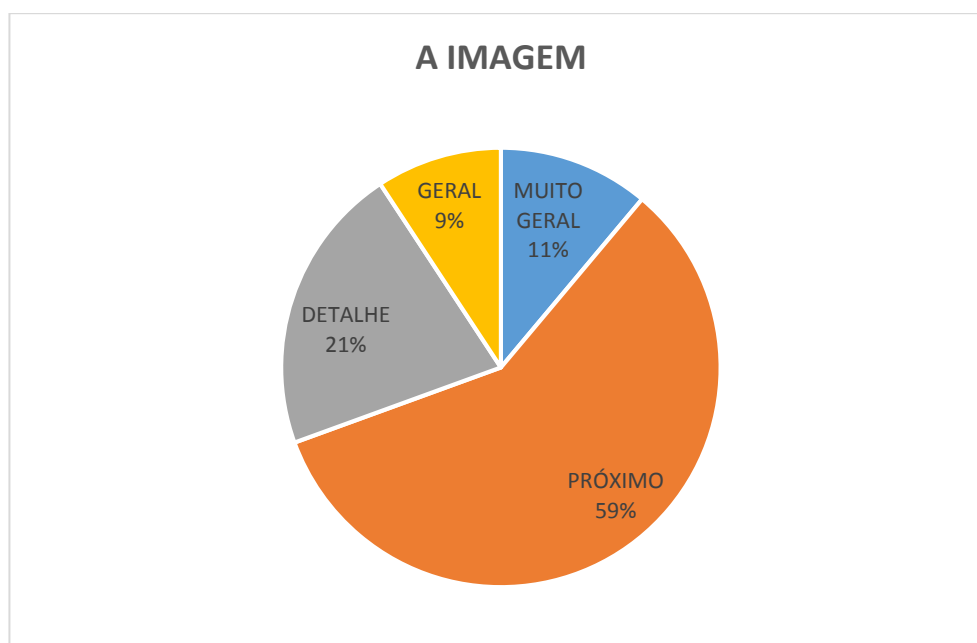
A câmera mais utilizada foi a profissional. Do tempo total da reportagem, detectamos a presença de estética da imagem em nove minutos e dez segundos (63% do total da reportagem). Sendo que seis minutos da reportagem foi de câmera profissional (59%). Logo após, aparece a câmera oculta com dois minutos (25%). A aparição de arte grafismo na reportagem equivale a um minuto (14%). Por fim, o uso de câmera amadora ocupa 10 segundos (2%).

## 6.4 GRÁFICOS – EX-DEPUTADO DO RIO GRANDE DO SUL FOI ACUSADO DE COBRAR DEVOLUÇÃO DE SALÁRIOS

Dentro da análise inicialmente proposta nesta monografia, iremos analisar cada etapa da reportagem, separando por acusação e, conseqüentemente, por estado. A denúncia que abre a reportagem é do Rio Grande do Sul e envolve devolução de salários por parte de cargos comissionados para deputado estadual.

### 6.4.1 A IMAGEM

Gráfico 4 – Os tipos de planos

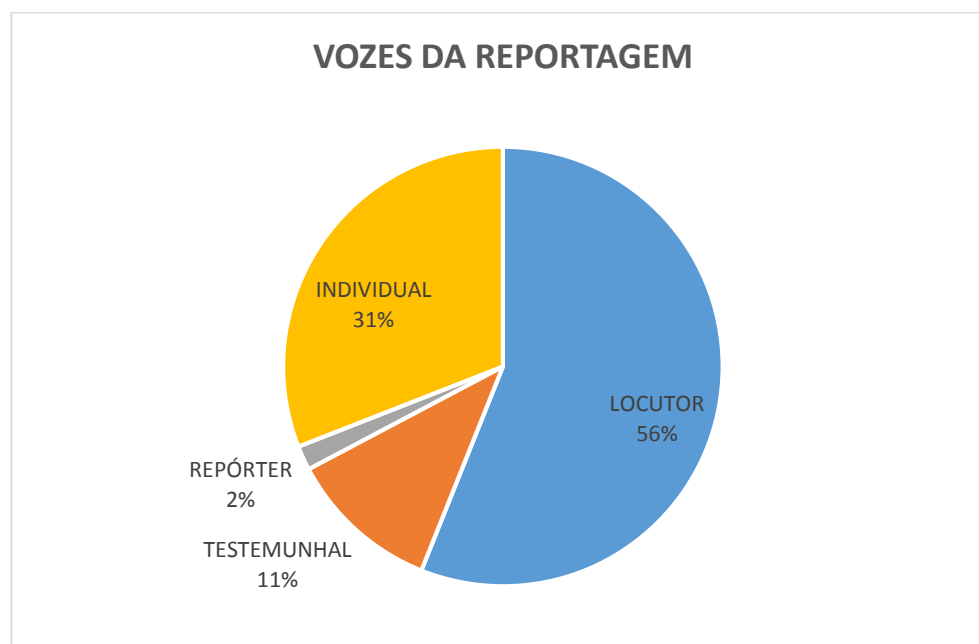


Fonte: O autor, 2016

No Rio Grande do Sul, o plano próximo foi o mais utilizado, com 2 minutos do tempo total desta denúncia na reportagem, que foi de 3 minutos e 58 segundos (59%). O segundo plano mais utilizado foi o detalhe com 46 segundos (21%) do tempo total, seguido por 24 segundos de plano muito geral (11%); e 20 segundos de plano geral (9%).

## 6.4.2 AS VOZES DA REPORTAGEM

**Gráfico 5** – Os tipos de fontes

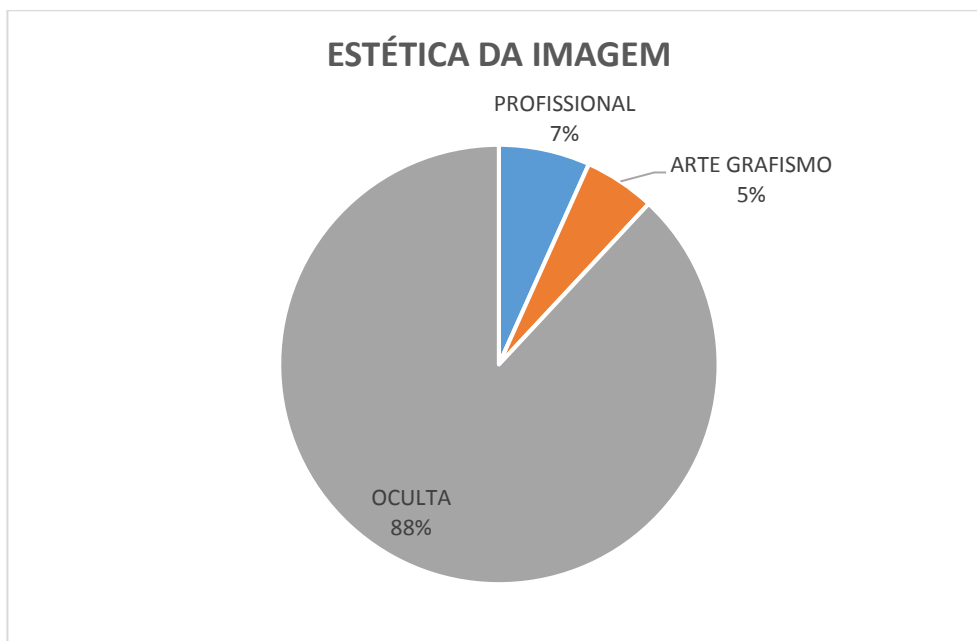


Fonte: O autor, 2016

A voz que mais apareceu nesta denúncia foi a do locutor, apresentador do programa Fantástico Tadeu Schimidt, com 2 minutos do tempo total (56%). Em segundo lugar, vem a fonte individual – com um minuto na reportagem (31%). A fonte testemunhal aparece em terceiro lugar com 25 segundos (11%). Logo atrás está a voz do repórter Giovanni Grizotti, com apenas 4 segundos de inserção (2%).

### 6.4.3 A ESTÉTICA DA IMAGEM

Gráfico 6 – Os tipos de câmera



Fonte: O autor, 2016

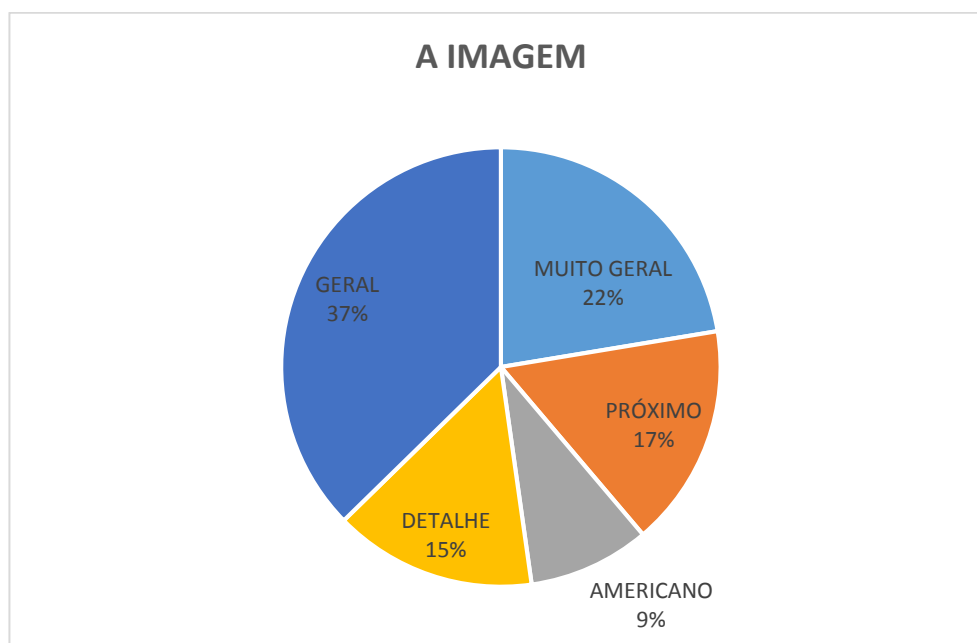
Nesta denúncia, o tipo de câmera mais utilizado foi a câmera oculta, com dois minutos (88%). Na sequência, estão as imagens de câmera profissional com 9 segundos (7%) e o arte grafismo com 7 segundos (5%).

## 6.5 GRÁFICOS – NÚMERO TOTAL DE ASSESSORES POR PARLAMENTAR É CONTESTADO NO AMAPÁ

A segunda denúncia na reportagem diz respeito ao número total de assessores por parlamentar na Assembleia Legislativa do Amapá. Esta parte da reportagem tem um minuto e 54 segundos.

### 6.5.1 A IMAGEM

Gráfico 7 – Os tipos de planos

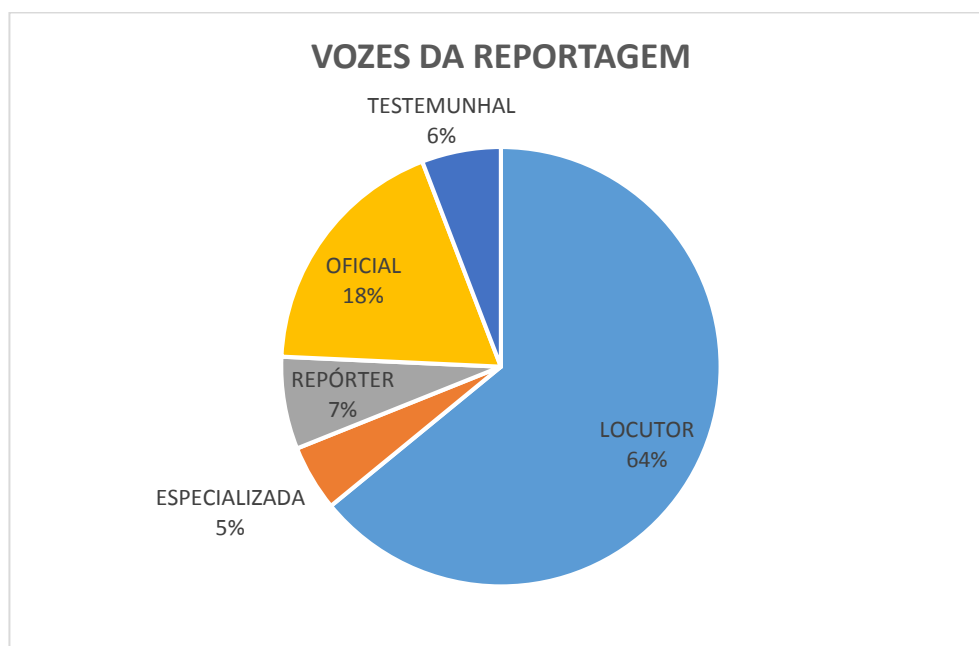


Fonte: O autor, 2016

O plano mais utilizado nesta parte da reportagem foi o geral com 25 segundos (37%). Na sequência, aparecem os planos muito geral com 15 segundos (22%), plano próximo com 11 segundos (17%), plano detalhe com 10 segundos (15%) e, por fim, plano americano com 6 segundos (9%).

## 6.5.2 AS VOZES DA REPORTAGEM

**Gráfico 8** – Os tipos de fontes



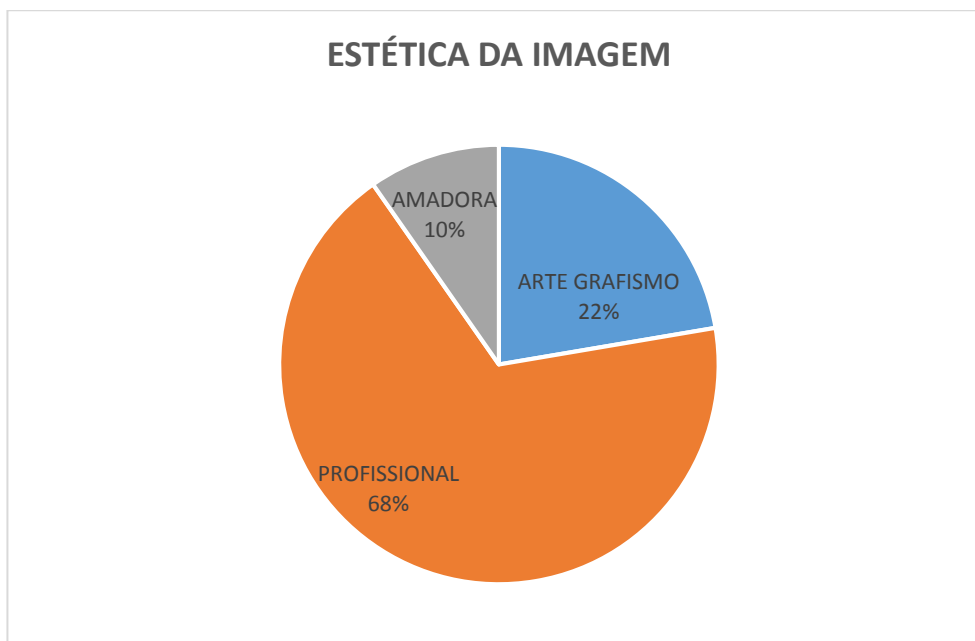
Fonte: O autor, 2016

Em vozes da reportagem, detectamos que a voz mais presente neste recorte da reportagem é a do locutor com um minuto e seis segundos (64%). A fonte oficial é a segunda com 19 segundos (18%). Na terceira posição está o repórter com 7 segundos (7%). Após, estão a fonte testemunhal com 6 segundos (6%) e a fonte especializada com 5 segundos (5%).



### 6.5.3 A ESTÉTICA DA IMAGEM

**Gráfico 9** – Os tipos de câmera



Fonte: O autor, 2016

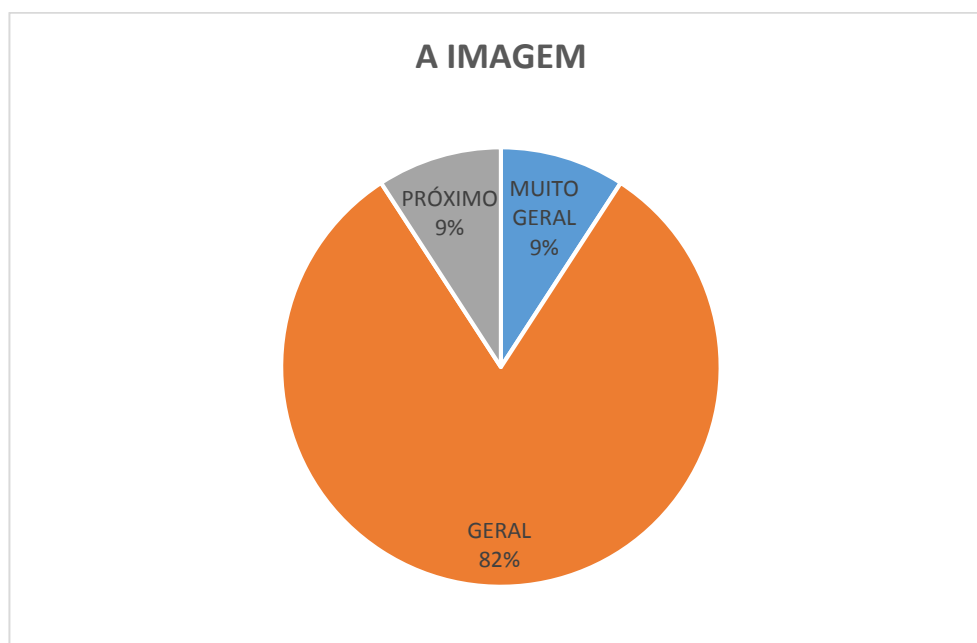
A câmera mais utilizada nesta parte da reportagem é a profissional com um minuto (68%). Em segundo lugar, o arte grafismo com 23 segundos (22%). A câmera amadora aparece como a terceira mais utilizada com 10 segundos (10%).

## 6.6 GRÁFICOS – REPORTAGEM INVESTIGA SUPOSTOS FUNCIONÁRIOS-FANTASMAS NA ASSEMBLEIA DE ALAGOAS

A terceira denúncia apresentada na reportagem do programa Fantástico teve um minuto e 38 segundos e serviu para investigar a presença de funcionários-fantasmas na Assembleia Legislativa de Alagoas.

### 6.6.1 A IMAGEM

Gráfico 10 – Os tipos de planos

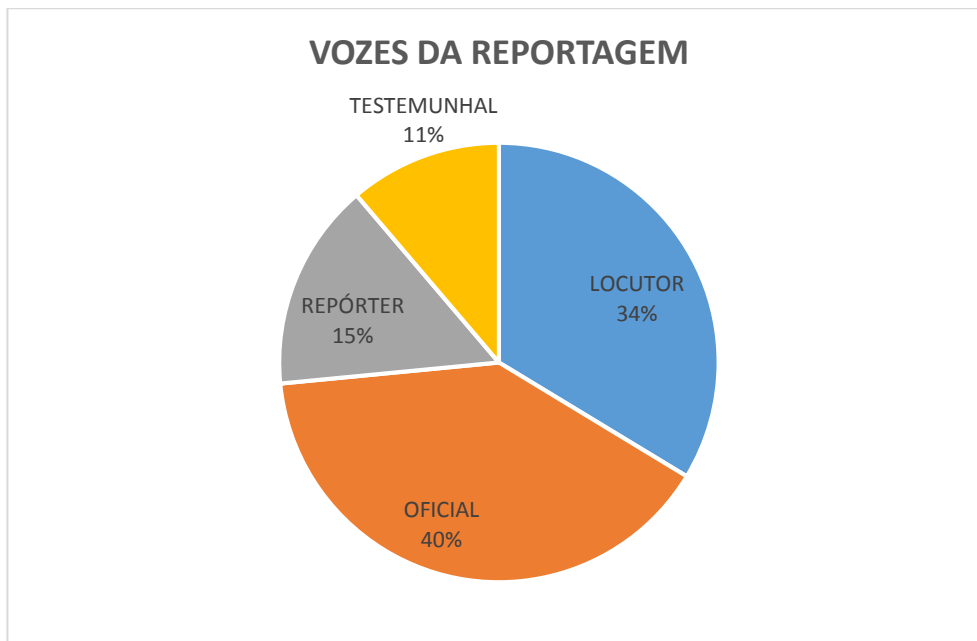


Fonte: O autor, 2016

Nos tipos de planos, três foram identificados nesta análise. O plano geral foi o mais utilizado com o tempo de um minuto e 20 segundos (82%). Na sequência estão os planos próximo (9%) e muito geral (9%), ambos com o tempo de 9 segundos.

## 6.6.2 AS VOZES DA REPORTAGEM

Gráfico 11 – Os tipos de fontes



Fonte: O autor, 2016

Em vozes da reportagem, a análise nos mostra que a fonte mais utilizada nesta parte da reportagem foi a oficial com o tempo de 39 segundos (40%). O tempo destinado ao locutor é a segunda voz com mais presença, tendo um tempo de 33 segundos (34%). A voz do repórter com 15 segundos (15%) e a fonte testemunhal com 11 segundos (11%) completam a lista de fontes utilizadas.

### 6.6.3 A ESTÉTICA DA IMAGEM

Gráfico 12 – Os tipos de câmara



Fonte: O autor, 2016

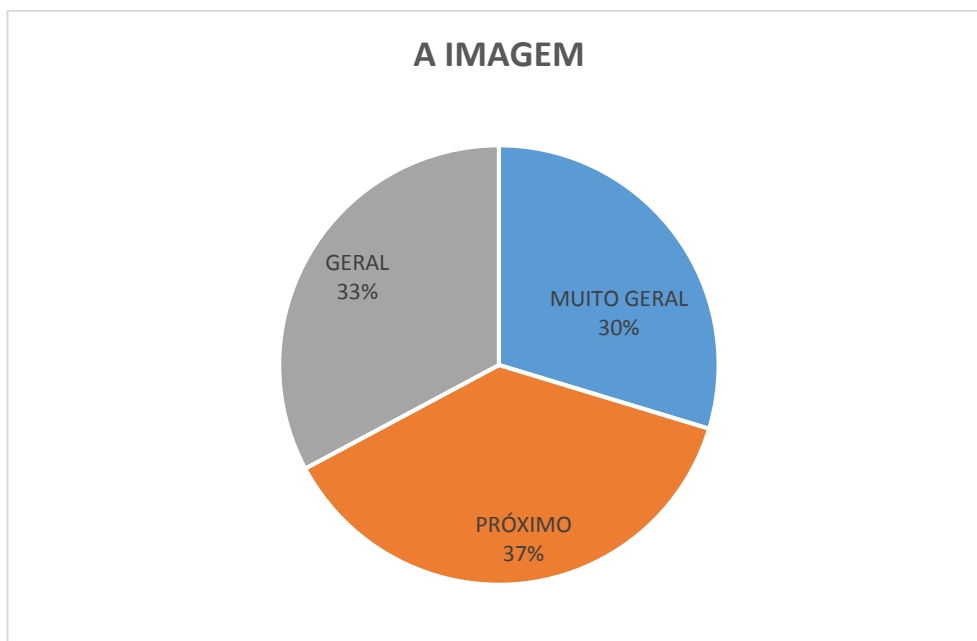
Na estética imagem, detectamos um único tipo de câmara: profissional, que ocupou o tempo total desta parte da reportagem de um minuto e 38 segundos da reportagem (100%).

## 6.7 GRÁFICOS – REPORTAGEM INVESTIGA SUPOSTOS FUNCIONÁRIOS-FANTASMAS NA ASSEMBLEIA DE GOIÁS

A quarta denúncia da reportagem investiga supostos funcionários-fantasmias na Assembleia de Goiás. Esta parte da reportagem tem dois minutos e 19 segundos.

### 6.7.1 A IMAGEM

Gráfico 13 – Os tipos de planos

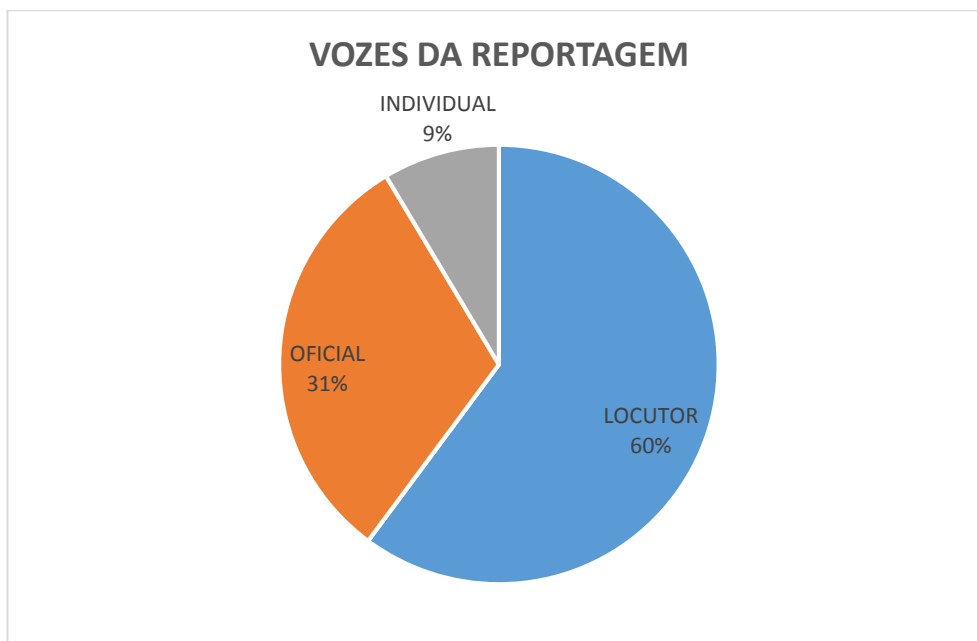


Fonte: O autor, 2016

O plano mais identificado pelos pesquisadores nesta parte da reportagem foi o próximo com 48 segundos (37%). Na sequência vem os planos geral com 42 segundos (33%) e muito geral com 38 segundos (30%).

### 6.7.2 AS VOZES DA REPORTAGEM

Gráfico 14 – Os tipos de fontes



Fonte: O autor, 2016

Detectamos quatro tipos de vozes. A voz do locutor foi a mais identificada, com um minuto e 28 segundos (60%). A fonte oficial teve 40 segundos (31%) nesta parte da reportagem e a fonte individual foi a terceira mais utilizada com 11 segundos (9%).

### 6.7.3 A ESTÉTICA DA IMAGEM

Gráfico 15 – Os tipos de câmera



Fonte: O autor, 2016

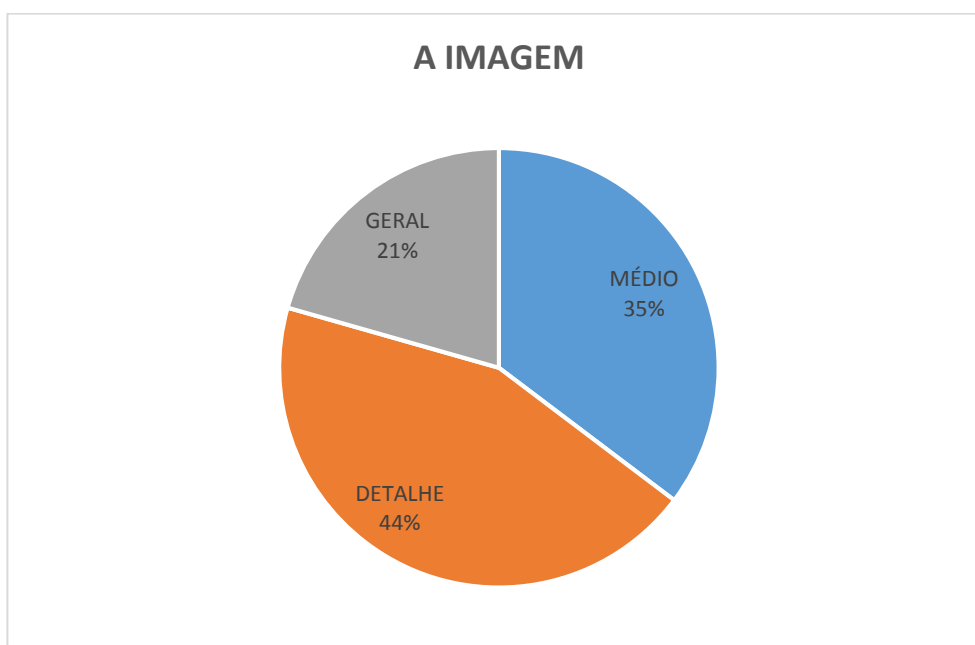
Na estética da imagem, analisamos que a câmera profissional foi amplamente utilizada neste recorte da reportagem, ocupando um total de um minuto e 44 segundos (89%). Em segundo lugar, estão as imagens consideradas arte grafismo com 13 segundos (11%).

## 6.8 GRÁFICOS – REPORTAGEM INVESTIGA FRAUDE EM VERBA INDENIZATÓRIA NA ASSEMBLEIA DO AMAPÁ

A quinta denúncia tem um minuto e 10 segundos e é referente à suposta fraude em verba indenizatória na Assembleia Legislativa do Amapá.

### 6.8.1 A IMAGEM

**Gráfico 16** – Os tipos de planos



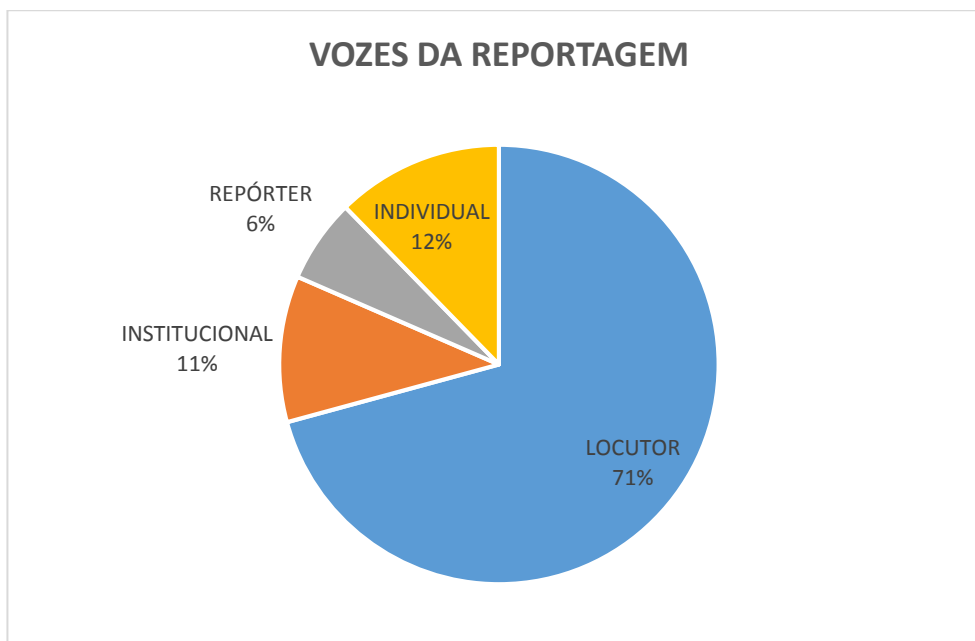
Fonte: O autor, 2016

O plano que mais aparece é o detalhe com 15 segundos (44%). Na sequência vêm os planos médio com 12 segundos (35%) e geral com 7 segundos (21%).



## 6.8.2 AS VOZES DA REPORTAGEM

Gráfico 17 – Os tipos de fontes



Fonte: O autor, 2016

Nas vozes da reportagem, o locutor lidera com o tempo de 46 segundos (71%). Logo atrás estão: Fonte individual com 8 segundos (12%), fonte institucional com 7 segundos (11%) e o repórter com 4 segundos (6%).

### 6.8.3 A ESTÉTICA DA IMAGEM

**Gráfico 18** – Os tipos de câmera



Fonte: O autor, 2016

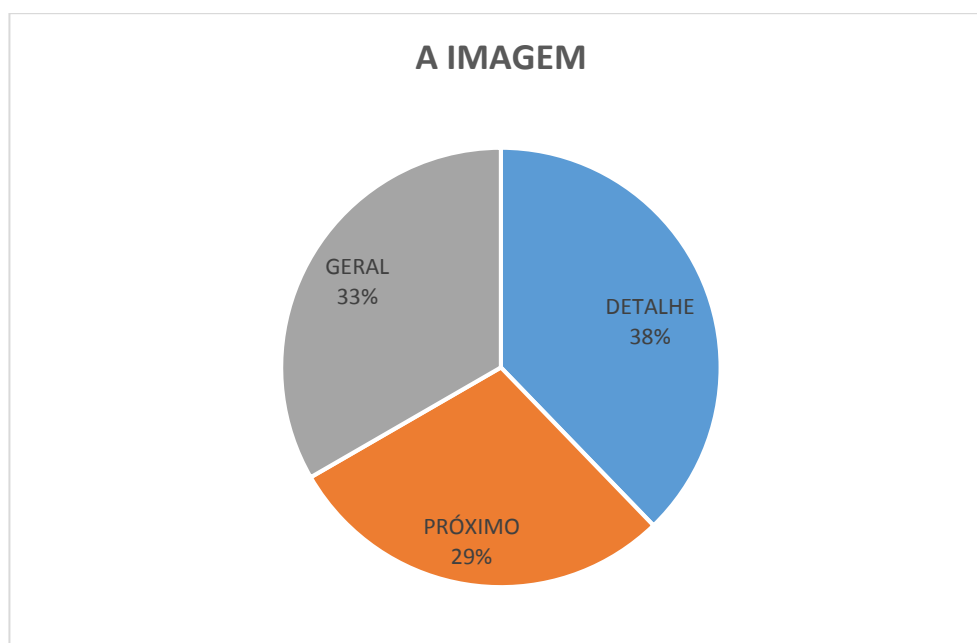
O arte grafismo foi o mais utilizado em estética da imagem nesta parte da reportagem com 36 segundos (60%). Após, aparece a câmera profissional com o tempo de 24 segundos (40%).

## 6.9 GRÁFICOS – REPORTAGEM INVESTIGA FRAUDE EM ODÔMETRO NOS CARROS DOS PARLAMENTARES DA ASSEMBLEIA DO RIO GRANDE DO SUL

A sexta e última denúncia da reportagem trata de fraude nos odômetros dos automóveis utilizados por parlamentares da Assembleia do Rio Grande do Sul. Esta denúncia teve o tempo total na reportagem de 2 minutos e 38 segundos.

### 6.9.1 A IMAGEM

Gráfico 19 – Os tipos de planos

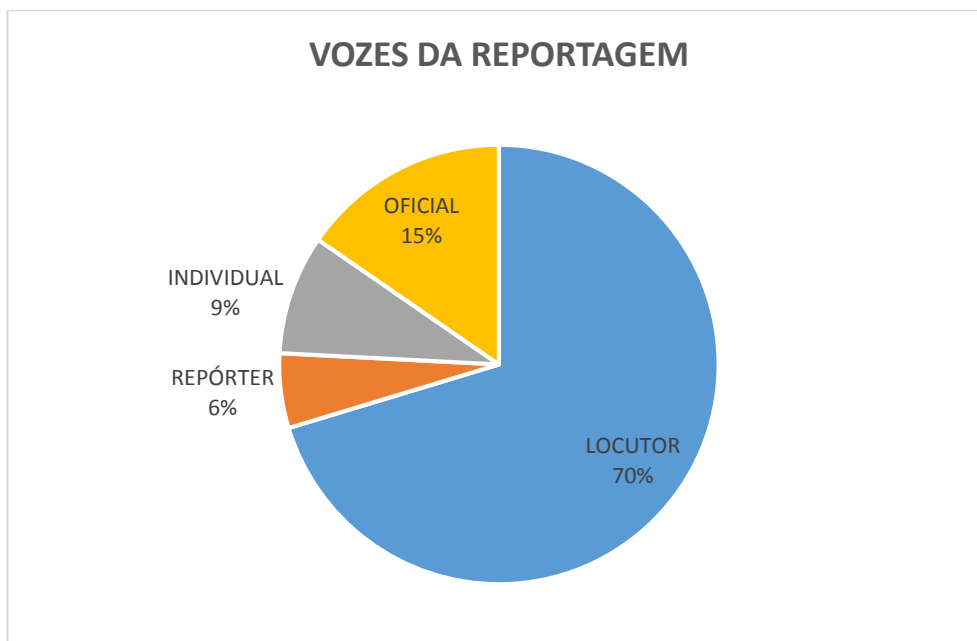


Fonte: O autor, 2016

O plano mais utilizado é o plano detalhe com 34 segundos (38%). Na sequência aparecem os seguintes planos: Geral com 30 segundos (33%) e plano próximo com 26 segundos (29%).

### 6.9.2 AS VOZES DA REPORTAGEM

Gráfico 20 – Os tipos de fontes

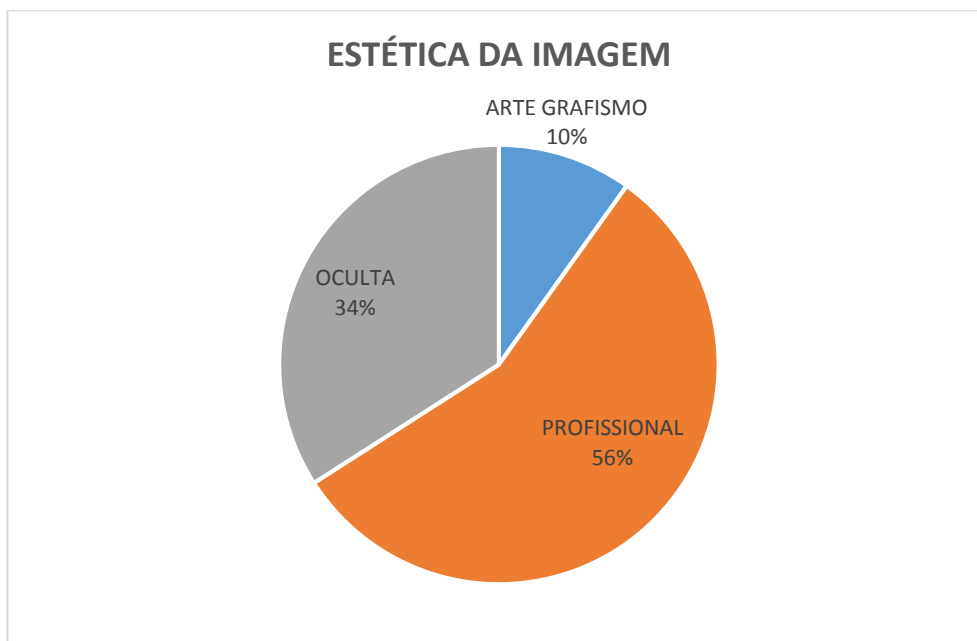


Fonte: O autor, 2016

A voz com mais inserções é a de Tadeu Schimidt, locutor da reportagem, com um minuto (70%) do tempo total desta denúncia. Na sequência estão: Fonte oficial com 14 segundos (15%), fonte individual com 8 segundos (9%) e o repórter com 5 segundos (6%).

### 6.9.3 A ESTÉTICA DA IMAGEM

Gráfico 21 – Os tipos de câmera

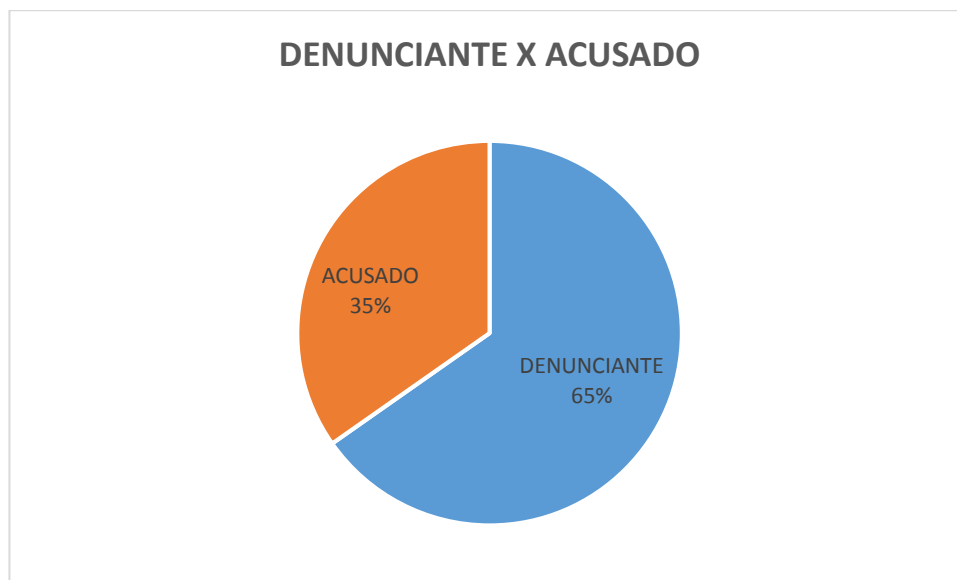


Fonte: O autor, 2016

Em estética da imagem, temos o uso da câmera profissional em primeiro lugar com o tempo de 51 segundos (56%). Após, está a câmera oculta com 31 segundos (34%) e, por último, o arte grafismo com 9 segundos (10%).

## 7 DENUNCIANTE X ACUSADO

Gráfico 22 – Denunciante x Acusado



Fonte: O autor, 2016

Na reportagem do programa Fantástico, o tempo destinado para as vozes, sem contar o locutor e o repórter Giovani Grizotti, é, ao todo, 4 minutos e 22 segundos. Deste total, 2 minutos e 51 segundos (65%) é de fontes denunciante. Já o espaço dado para as fontes acusadas foi de 1 minuto e 31 segundos (35%).

Para este levantamento, cabe ressaltarmos quais tipos de fontes, apontadas por Schimitz (2011), são denunciante e quais são acusadas. Fontes denunciante: Neuromar; Álvaro Ambrós; Hedi Vieira; Paulo Marins; Carlos Eduardo Domingues da Silva, engenheiro-civil; homem que procurou o MP; Afonso Guimarães, promotor de Justiça; William Gomes da Silva, chefe da Controladoria Regional da União em Alagoas; Sergio Jucá, procurador-geral de Justiça de Alagoas; Lauro Nogueira, procurador-geral de Justiça de Goiás; Fernando Krebs, da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público; Natalia Paiva, diretora-executiva da Transparência Brasil; e uma pessoa que não quis se identificar. Fontes acusadas: Basegio; Paulo Roberto Melen, consultor legislativo da Assembleia do Amapá; Naudine da Silva Quintino, lavadeira; Sandra Maria da Silva, lavadeira; Fernando Tolêdo, conselheiro do TCE, ex-presidente da Assembleia; padre Luiz Augusto; Helio de Souza, presidente da Assembleia

Legislativa de Goiás; Neucila Marins Nery, empresária; mecânico; Edson Brum, ex-presidente da Assembleia do Rio Grande do Sul.

## 8 DISCUSSÃO DA ANÁLISE

A reportagem investigativa carece de suspense para prender, literalmente, o telespectador a cada momento. Uma das estratégias que podem ser usadas para captar a atenção do público é a utilização de enquadramentos, que deem dramaticidade ao trabalho jornalístico. Isso é possível quando o plano próximo é utilizado, por exemplo. Na reportagem, objeto de estudo desta monografia, notamos que o plano próximo é o mais utilizado, estando presente em 35% do tempo total da reportagem. Após o levantamento, percebemos que o plano próximo foi o mais utilizado por transmitir três características apontadas por Hernandez (2012): intensidade, foco e afetividade.

Em vozes da reportagem, notamos que o maior tempo é destinado ao locutor, que ocupa 48,6% da reportagem. No entanto, a voz que interessa efetivamente para os autores desta monografia é a segunda voz mais destacada em toda reportagem: a fonte oficial (13,2%). Sendo a fonte oficial a segunda mais destacada em toda a reportagem, notamos que a produção desta reportagem foi baseada, principalmente, em fontes ligadas a instituições, ou seja, fontes que interpretaram os fatos. No entanto, as pesquisas em Jornalismo Investigativo e telejornalismo demonstram a necessidade de o repórter buscar, além de fontes oficiais, construir a sua reportagem com base em depoimentos de fontes chamadas por Schimitz (2011) de individuais. Na reportagem do Fantástico, as fontes individuais foram as terceiras com maior tempo. Ou seja, a reportagem descumpriu a premissa.

Quando observamos os resultados da análise e percebemos que a câmera profissional foi a mais utilizada e as fontes oficiais ocuparam o maior tempo na reportagem, notamos que a investigação jornalística foi deixada em segundo plano, o que, para os autores desta monografia, é um equívoco, uma vez que a reportagem faz apenas o que Nascimento (2010) chama de jornalismo sobre investigações. Os pesquisadores utilizam Nascimento por concordar com o pensamento do autor de que o jornalista deve estar incansável sobre todos os lados da história, não tendo como verdade apenas a versão obtida junto a fonte oficial.



Nesta discussão, interpretamos também os dados obtidos após a análise das seis denúncias que compõem a reportagem. Na checagem foi possível descobrir dados relevantes que nos ajudam a perceber algumas diferenças que a olho nu poderiam passar despercebidas, como, por exemplo, a predominância da câmera oculta somente nas duas denúncias que envolvem a Assembleia do Rio Grande do Sul. Nas outras quatro denúncias, há predomínio de arte grafismo e imagens gravadas por câmeras profissionais. Ou seja, podemos assegurar que a reportagem investigativa não tem, em sua totalidade, a investigação do repórter.

O elevado índice de fonte oficial em toda reportagem é outro fato que faz a reportagem analisada caminhar na direção contrária aos autores das referências bibliográficas desta monografia. É importante destacar que as fontes oficiais aparecem em quatro das seis denúncias que compõem a reportagem. Por exemplo: na denúncia que envolve a presença de funcionários-fantasmas na Assembleia de Alagoas, as fontes oficiais foram as que mais apareceram nas vozes da reportagem. Nesta mesma denúncia, as fontes testemunhais foram as que menos tiveram espaço dentre as quatro vozes apontadas na pesquisa.

Os pesquisadores, também, se dedicaram na análise sobre as fontes denunciantes e as acusadas na reportagem do Fantástico. O levantamento feito mostra que 85% da reportagem foi destinada aos denunciantes contra apenas 15% ao acusado. Fato que contraria as sugestões apresentadas pelos autores das referências bibliográficas que é justamente de trazer um equilíbrio entre acusação e defesa.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa derruba premissas básicas sobre a produção de reportagens investigativas, como, por exemplo, o predomínio do uso de câmera oculta no Jornalismo Investigativo. Está mais do que comprovado que uma boa investigação jornalística não carece prioritariamente de imagens impactantes captadas por meios que podem ser considerados ilegais, segundo o próprio Código de Ética dos Jornalistas. Há outros meios e eles puderam ser observados nesta pesquisa.

Além disso, comprova-se a necessidade de planejamento sobre uma investigação jornalística, já que existem diversas etapas que devem ser cumpridas e não podem ser deixadas de lado pelo editor ou pelo repórter. Por isso, as redações devem incentivar cada vez mais os seus jornalistas a buscarem referências antes de mergulharem em uma grande investigação, uma vez que é, sim, importante termos cada vez mais jornalistas devidamente preparados investigando supostas práticas irregulares. Inclusive para que nenhuma falha grave ética de parte do jornalista possa desmerecer e colocar em discussão os métodos utilizados por ele na investigação.

A reportagem, objeto de estudo desta monografia, sofreu diversas acusações vindas, principalmente, de parte da defesa do ex-deputado gaúcho Diógenes Basegio. O fato de o repórter não mostrar o rosto, as edições na fala do político e a superexposição dos assessores de Basegio foram duramente questionadas. Aliás, essas discussões motivaram de certa maneira a produção desta pesquisa, já que uma defesa bem fundamentada, como foi a de Basegio, não pode ser deixada de lado. Mas esse recorte que fizemos nesta pesquisa é apenas um de variados temas que poderiam surgir quando olhamos para essa reportagem.

Neste sentido, este trabalho abre brecha para novos estudos, inclusive sobre ética. Um exemplo: mostramos ao leitor uma discrepância absurda de tempo entre fontes denunciantes e acusadas. É ou não ético conceder um maior

espaço de tempo em uma reportagem? E quando o locutor cumpre o papel de denunciante? São possibilidades.

Cabe ressaltar que na parte da análise destinada a estética da imagem, uma percepção inicial do pesquisador sobre Jornalismo Investigativo acabou sendo contrariada, pois a câmera profissional foi a mais utilizada na reportagem, enquanto o esperado era por uma soberania da câmera oculta, já que estamos falando de Jornalismo Investigativo e analisando uma reportagem que coloca em xeque a reputação de parlamentares. É por isso que o trabalho de investigação do repórter deveria ter sido mais profundo. Ou seja, ao apresentar somente imagens divulgadas pelas fontes denunciantes, a reportagem analisada carece de evidências que comprovam efetivamente a participação dos envolvidos em práticas irregulares.

Por fim, após a interpretação dos principais pontos da análise da presente monografia, podemos garantir que os objetivos pressupostos para este trabalho foram atingidos, já que o pesquisador consegue ao final deste trabalho garantir com os dados levantados do objeto de estudo que a reportagem investigativa pede atenção especial a imagem, a voz e a estética, os três pontos estudados nesta monografia.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ana Paula Goulart de. AZEVEDO, Sandro Tôres de. **A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA E O TELEJORNALISMO APÓCRIFO: uma investigação sobre a agenda dos acontecimentos**. 2013. Disponível em <<http://www.ppgmidiaecotidiano.uff.br/ojs/index.php/Midecot/article/view/18/26>> . Acesso em 5 de agosto de 2016, 09 horas, 40 minutos e 5 segundos.

ARAÚJO, Juliano José de. **Comunicação audiovisual, regimes de sentido e presença: Um estudo do formato telejornal**. 2013. Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/5175/pdf>>. Acesso em 20 de agosto de 2016, 11 horas, 8 minutos e 55 segundos.

BRAIGHI, A. **Análise de Telejornais: um modelo de exame da apresentação e estrutura de noticiários televisivos**. Rio de Janeiro: E-papers, 2013, 261 pgs.

BRASIL, Antônio. **Uma alternativa às câmeras ocultas**. 2012. Disponível em <<http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/uma-alternativa-s-cmeras-ocultas/>>. Acesso em 15 de agosto de 2016, 19 horas, 02 minutos e 40 segundos.

CARVALHO, DIAMANTE, BRUNIERA, UTSCH. **Reportagem na TV: Como fazer, como produzir, como editar**. São Paulo: Editora Contexto, 2015, 142 pgs.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política**. Belém: Imprensa Nacional, 2005. Disponível em <[http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a\\_sociedade\\_em\\_rede\\_-\\_do\\_conhecimento\\_a\\_acao\\_politica.pdf](http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf)>. Acesso em 5 de agosto de 2016, 14 horas, 19 minutos e 37 segundos.

FANTÁSTICO. **Máfia das próteses coloca vidas em risco com cirurgias desnecessárias.** 2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/01/mafia-das-proteses-coloca-vidas-em-risco-com-cirurgias-desnecessarias.html>>. Acesso em 29 de julho de 2016, 10 horas, 40 minutos e 18 segundos.

FORTES, Leandro. **Jornalismo Investigativo.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014, 125 pgs.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 pgs.

GUTMAN, Juliana Freira. **O que dizem os enquadramentos de câmera no telejornal?** Bahia, 2012. Disponível em <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/422/379>>. Acesso em 5 de agosto de 2016, 19 horas, 10 minutos e 5 segundos.

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público.** São Paulo: Contexto, 2012, 278 pgs.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. **Metodologia de pesquisa em jornalismo.** 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2007, 286 pgs.

HUNTER, Mark Lee. **A investigação a partir de histórias: Um manual para jornalistas investigativos.** França: UNESCO, 2013, 89 pgs.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística.** 5ed. São Paulo: Editora Ética, 1997, 78 pgs.

LOPES, Dirceu Fernandes. PROENÇA, José Luiz. **Jornalismo Investigativo.** São Paulo: Publisher Brasil, 2003, 207 pgs.

MARTINS, Maura Oliveira. **Novas estratégias ao telejornalismo como consequência da onipresença de câmeras: a narrativa em primeira pessoa.** 2015. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/1984-6924.2015v12n2p251/30669>>. Acesso em 23 de agosto de 2016, 20 horas, 15 minutos e 20 segundos.

GLOBO, Memória. **Memória Globo** Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/>>. Acesso em: 5 de junho de 2016, 19 horas, 23 minutos e 50 segundos.

NASCIMENTO, Solano. **Os Novos Escribas: O fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil.** Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2010, 111 pgs.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário.** São Paulo: Contexto, 2008, 176 pgs.

OLIVEIRA SOBRINHO, José Bonifácio de. **O livro do Boni.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011, 352 pgs.

PATERNOSTRO, Vera Iris. **O Texto na TV: Manual de Telejornalismo.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999, 101 pgs.

REVISTA VEJA. **Tentáculos de PC.** 1992. Disponível em <http://veja.abril.com.br/complemento/acervodigital/index-novo-acervo.html>>. Acesso em 27/8/2016, 15 horas, 10 minutos, 47 segundos.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial.** São Paulo: Summus, 2000, 289 pgs.

RIBEIRO, Julio; SCHUSTER, Marco Antonio. **Giovani Grizotti: a Imprensa nunca questionou a Assembléia.** Revista Press, Porto Alegre, 2009. n. 118, ano 11. p. 6-13.

ROCHA, Everardo; AUCAR, Bruna. **Fantástico, o show da vida: televisão, convergência e consumo**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011, 18 pgs.

SCHIMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias: Ações e estratégias das fontes no Jornalismo**. Florianópolis: Editora Combook, 2011. Disponível em: <[http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Comunicacao/Fontes\\_noticias.pdf](http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Comunicacao/Fontes_noticias.pdf)>. Acesso em 22 de agosto de 2016, 10 horas, 47 minutos e 12 segundos.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo Investigativo: O fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus, 2005, 197 pgs.

SIMÃO, João. FERNANDES, Nuno. **Manual de Jornalismo Televisivo**. 2007. Disponível em <<https://comunicamos.files.wordpress.com/2007/09/utadtv-manual3.pdf>> Acesso em 10 de agosto de 2016, 23 horas, 12 minutos e 10 segundos.

WHITE, Ted. **Jornalismo eletrônico: redação, reportagem e produção**. São Paulo: Roca, 2008. 546 pgs.

ZAHAR, Jorge. **Jornal Nacional: A notícia faz história**. Rio de Janeiro, 2005, 407 pgs.